



Anais da Assembléia

N.º 10

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, 09 DE MARÇO DE 1983

ANO IX

1.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 10.ª LEGISLATURA

ATA DA 006.ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 09 DE MARÇO DE 1983

(QUARTA-FEIRA)

Presidência do Sr. Deputado Fiori Luiz, secretariada pelos Srs. Deputados Augusto Carneiro e Márcio Almeida.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Trajano Bastos, Nestor Baptista, Werner Wanderer, Gernote Kirinus, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Adhail Sprenger Passos, Mélia Hruschka, Anibal Khury, Antônio Anibelli, Augusto Carneiro, Caíto Quintana, Djalma de Almeida César, Donato Gulín, Edgar Pimentel, Edmar Luiz Costa, Erondy Silvério, Ervin Bonkoski, Ezequias Losso, Ferrari Júnior, Fiori Luiz, Gabriel Sampaio, Gilberto Carvalho, Hermas Brandão, Irondi Pugliesi, Jorge Maia Filho, José Antônio Fonseca, Leônidas Chaves, Luiz Alberto de Oliveira, Márcio Almeida, Nelson Buffara, Nelson Vasconcellos, Nilso Sguarezi, Odeni Mongruel, Orlando Pessuti, Osvaldo Alencar Furtado, Roberto Requião, Rubens Bueno, Sabino Campos, Sérgio Spada, Tadeu Lúcio Machado, Tadeu França, Tércio Albuquerque, Toguio Setogutte (44); achando-se ausentes os seguintes Srs. Deputados: Dirceu Manfrinato, Acir Mezzadri, Airton Cordeiro, Artagão de Mattos Leão, Basílio Zanusso, Deni Schwartz, Eduardo Baggio, Gabriel Manoel, Homero Oguido, Ivan Gubert, Mário Pereira, Péricles Pacheco, Quielse Crisóstomo e Wilson Fortes (14).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE — (Fiori Luiz) Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte EXPEDIENTE:

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, seja oficiado ao Sr. Governador do Estado e a todos os Secretários de Estado, solicitando elaboração de um plano emergencial para socorrer os municípios carentes de recursos.

Sala das Sessões, em 09 de março de 1983.

(a) FERRARI JÚNIOR

JUSTIFICATIVA:

A maioria dos municípios paranaenses encontram-se em dificuldades financeiras para cumprir seus compromissos sociais e de pagamentos.

Em face das modificações políticas na maioria desses municípios, e em vista de compromissos assumidos por prefeitos que deixaram suas prefeituras, os cofres municipais foram devassados e limpos, sobrando apenas aos novos prefeitos, pagamentos de dívidas e de ônus assumidos pelos anteriores.

Muitos desses municípios, de parca arrecadação de ICM e de outros tributos municipais, encontram-se hoje em face da

conjuntura política atual e da situação econômica em que se encontram, sem condições de pagamento de seus compromissos, inclusive de seus funcionários.

Um plano emergencial, elaborado e estudado pelo Governo do Estado, envolvendo todas as Secretarias de Estado, que poderão colaborar no seu respectivo setor, será a única fórmula do presente momento para que essas prefeituras possam sair do caos financeiro em que se encontram e, paulatinamente, enfrentar sistematicamente os problemas financeiros do dia a dia, de acordo com os orçamentos que possuem.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno desta Casa de Leis, tendo em vista o pronunciamento por si feito em data de hoje durante a sessão da Assembléia Legislativa, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, o envio ao Excelentíssimo Sr. Governador do Estado, dos documentos anexos a este, e da transcrição do seu pronunciamento, para que Sua Excelência, utilizando a legislação aplicável à espécie, determine as providências necessárias à correção das irregularidades apontadas, principalmente anulando as licitações em que transgrediram a lei.

Sala das Sessões, em 09 de março de 1983.

(a) ROBERTO REQUIÃO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no desempenho de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, seja consignado em ata um voto de regozijo pelo 20.º aniversário do "Diário Popular", ocorrido no dia 04 de março, o qual é extensivo ao seu ilustre Diretor, Abdo Aref Kudry e seus redatores.

Como um dos grandes informativos do nosso Estado, muito se tem consagrado nos meios jornalísticos mais respeitados da imprensa escrita.

Sala das Sessões, em 09 de março de 1983.

(a) DONATO GULIN

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, seja encaminhado veemente apelo, via telex, à Sua Excelência o Sr. Presidente da República, aos Ministros de Planejamento, Fazenda e Agricultura, solicitando a redução para alíquota zero do imposto de exportação desta safra incidente sobre soja, algodão e milho, pelos fundamentos abaixo.

Sala das Sessões, em 09 de março de 1983.

(a) GERNOTE KIRINUS

JUSTIFICATIVA:

Conforme memorial em forma de telex, em anexo, enviado pela Cooperativa Mista Rondon Ltda, de Mal Cândido Rondon, a incidência do imposto de exportação sobre produtos agrícolas retirou os pretensos benefícios que a maxi-desvalorização de 30 por cento teriam trazido à pauta de comércio exterior brasileira.

Neste sentido, a retomada do imposto de exportação ao nível de 20 por cento, tornaria inviáveis as exportações paranaenses de soja, algodão em pluma e milho em grão.

O que justifica o posicionamento desta Assembléia junto

ao Governo Federal, no sentido de imediatamente sustar a aplicação da alíquota do imposto de exportação.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, envio de telex, com a máxima urgência, ao Sr. Governador do Estado, solicitando o envio de auxílios para os Municípios de Santa Isabel do Ivaí, Santa Cruz do Monte Castelo e Querência do Norte.

Sala das Sessões, em 09 de março de 1983.

(a) NILSO SQUAREZI

JUSTIFICATIVA:

Urge que medidas sólidas e urgentes sejam levadas a efeito pelo Governo do Estado, para minorar os malefícios causados pelas últimas chuvas, que culminaram por provocar a maior enchente jamais registrada no Rio Ivaí, fazendo-o transbordar e sepultar extensas áreas de plantio de arroz, centenas de cabeças de gado e inúmeras melhorias ali erguidas por pecuaristas e rizicultores.

Deste quadro, resultará enorme queda na produção de arroz, eis que os municípios maiores cultivadores do cereal tiveram suas áreas de plantio totalmente submersas.

Dos Prefeitos Adão de Almeida Ramos e Blaudeci Sobral, de Santa Isabel do Ivaí e Santa Cruz do Monte Castelo, respectivamente, recebemos informes dando conta da dramaticidade da situação.

Estes prefeitos manifestaram-se carentes de recursos urgentes, notadamente para recuperação de estradas, pontes e bueiros, além da prevenção de possíveis epidemias, já que centenas de cabeças de gado e outras criações pereceram nas águas barrentas do Ivaí.

Urge ainda, que haja intercessão do Governador junto ao Banco do Brasil, para liberação, sem maiores entraves, dos recursos próprios do PROAGRO, para socorro dos plantadores de arroz, sem dúvida alguma os maiores prejudicados pelas calamitosas enchentes. Destaque-se que Santa Isabel do Ivaí, Santa Cruz do Monte Castelo e Querência do Norte, são os maiores produtores de arroz do Estado.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, sejam encaminhados apelos ao Presidente do Senado e Presidente da Câmara Federal e aos Líderes das Bancadas do PDS e PMDB, no sentido de serem agilizados os estudos objetivando a reformulação da Lei de Segurança Nacional.

Sala das Sessões, em 09 de março de 1983.

(a) TRAJANO BASTOS

JUSTIFICATIVA:

O clamor nacional pela revisão da Lei de Segurança Nacional, representa, no campo jurídico, a contrapartida da abertura política, como a Reforma Tributária simboliza a abertura da área econômica.

Agora essa pressão pela reforma daquele documento legal, começa a obter respostas, de início tímidas, mas que se haverão de acentuar nos próximos meses, à medida em que a opinião pública vê a necessidade de revogar um dos últimos redutos da legislação de exceção do País.

O Paraná, que amarga a dor de ver um de seus filhos, jornalista Juvêncio Mazarollo, condenado sob a Lei de Segurança Nacional, forma ao lado dos brasileiros que querem a revisão desse diploma, cujos fundamentos políticos não mais se coadunam com o regime democrático.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado ao titular da Secretaria de Desenvolvimento dos Municípios, o seguinte Pedido de Informações:

I — Se o Aviso de número 49/82, de 22/12/82, da Empresa de Obras Públicas do Paraná - EMOPAR, referente ao Edital de Concorrência número 004/82, foi publicada, além de órgãos da imprensa do Estado de São Paulo, por órgãos da imprensa de nosso Estado.

II — Em caso positivo, por quais órgãos da imprensa paranaense; e,

III — Quais as razões para que tal Edital de Licitação tenha o caráter internacional.

IV — Seja encaminhado a esta Casa cópia do inteiro teor do Edital de Concorrência de número 004/82.

Sala das Sessões, em 09 de março de 1983.

(a) FIORI LUIZ

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, o envio de telex ao Dr. Carlos Aloyses Weber, Presidente da Rede Ferroviária Federal, com sede no Rio de Janeiro, e ao Dr. Paulo Munhoz da Rocha, Superintendente Regional do Paraná, manifestando a reivindicação de 34 entidades de classe e de representação profissional de Londrina, que segue:

I — Com a mudança do trajeto dos comboios ferroviários do leito que passa pelas imediações do centro da cidade de Londrina, para a variante ferroviária que contorna a cidade, inúmeras empresas sentem-se prejudicadas no desempenho de suas atividades econômicas, uma vez que vinham efetuando o transbordo e descarga em armazéns locados no antigo pátio ou nas imediações do mesmo. São os casos de empresas que trabalham com venda de cimento, material siderúrgico, companhias distribuidoras de derivados de petróleo, empresas distribuidoras de adubos e fertilizantes, o próprio escoamento dos produtos agrícolas, etc.

II — Também a própria PETROBRÁS, que construiu depósito de álcool, resente-se desses problemas, uma vez que o acesso ao mesmo é deficiente.

III — Existem no pátio da atual variante ferroviária, alguns problemas, sejam no próprio pátio, como no acesso ao mesmo, que devem ser sanados para perfeito atendimento de quem se utiliza do transporte ferroviário, principalmente em períodos de chuva.

IV — Também os acesso têm insuficiências, uma vez que têm sido utilizados antigos caminhos a sítios ou fazendas que estão a solicitar reparos.

V — Por outro lado, sabem as entidades que fazem tal solicitação, dos enormes sacrifícios que o Município de Londrina fez até aqui para execução dos serviços da variante ferroviária, até onde estão concluídos, restando ainda vários serviços a serem terminados. Conhecem ainda as entidades os inúmeros compromissos financeiros assumidos pelas administrações anteriores cujo comprometimento orçamentário não só do ano de 1983 mas também dos próximos anos, sequer permitem a manutenção dos serviços essenciais, quanto mais investimento em obras.

VI — Conforme informações prestadas, o Município de Londrina deve hoje, 26,3 bilhões de cruzeiros, corrigíveis, com juros ao índice de aproximadamente 10 por cento ao mês, já estando inadimplente em 4,23 bilhões, para uma receita anual não superior a 6,8 bilhões.

Assim sendo, as entidades londrinenses solicitam que a própria rede assuma esses compromissos de parte da municipa-

própria rede assuma esses compromissos de parte da municipalidade, bem como execute os serviços de acesso, como do próprio páteo e obras complementares para não causar solução de continuidade.

Sala das Sessões, em 09 de março de 1983.

(a) FIORI LUIZ

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Considerando que a triticultura nacional, mesmo ao se levar em conta os diversos estímulos proporcionados pelo Governo, jamais conseguiu superar o déficit existente entre a produção e a demanda, situação essa agravada pelo crescente aumento no consumo, função do incremento populacional;

Considerando também o constante risco de frustração de safra, provocado por situações climáticas adversas;

Considerando ainda os crescentes custos de produção, ao se tratar de lavoura que exige tecnologia apurada, e que recebeu de uma maneira bastante acentuada o repasse dos efeitos da máxi-desvalorização do cruzeiro, haja visto que em poucos dias alguns insumos sofreram um aumento de mais de 60 por cento; e,

Considerando, finalmente, que mesmo os cálculos mais otimistas elaborados por técnicos das diversas cooperativas dada a diferença entre o valor do financiamento subsidiado e os custos mais da produção, mostraram que, obrigatoriamente, o lavrador se verá compelido a procurar recursos financeiros a preço de mercado com o conseqüente e substancial incremento nos valores totais do investimento,

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER seja enviado veemente apelo aos Excelentíssimos Srs. Ministros do Planejamento, da Fazenda e da Agricultura, no sentido de que, para que se evite a inviabilidade da cultura de trigo no Brasil, enviem esforços no sentido de que seja o preço de garantia do produto adequado a essa realidade, com a sua vinculação à correção cambial, sem o que, pelo desestímulo do já combalido produtor rural, estará o País sujeito, não só ao aumento das quotas de importação do produto, como à obrigação de importar as próprias sementes para as lavouras remanescentes.

Sala das Sessões, em 09 de março de 1983.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, nos termos do Art. 19 da Constituição Estadual, a formação de uma COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO, composta por 07 (sete) Srs. Deputados, com prazo de 180 (cento e oitenta) dias, para apurar as causas específicas visando a FALÊNCIA MUNICIPALISTA e conseqüências do caos financeiro dos municípios paranaenses.

Sala das Sessões, em 09 de março de 1983.

(a) TADEU FRANÇA

Apoiamento: Ferrari Júnior, José Antônio Fonseca, Hermas Brandão, Nestor Baptista, Orlando Pessuti, Homero Oguido, Edmar Luiz Costa, Sérgio Spada, Caíto Quintana, Osvaldo Alencar Furtado, Nelson Vasconcellos, Roberto Requião, Ervin Bonkoski, Amélia de Almeida Hruschka, Adhail Sprenger Passos, Anibal Khury, Acir Mezzadri, Tadeu Lúcio Machado, Djalma de Almeida Cesar, Rubens Bueno e Nilso Sguarezzi.

JUSTIFICATIVA:

Os pequenos e médios municípios paranaenses estão morrendo. Os prefeitos recentemente empossados, já se aperceberam da realidade administrativa inevitável que os rodeia.

Serão eles os administradores do "déficit" ou da falência

da estrutura municipal que se arrasta invariavelmente estrangulada por dívidas históricas e que vão se avolumando mais e mais.

O esvaziamento dos municípios é tanto mais palpável quando se nota em que grande parte deles, todos os recursos que percebem a título de FPM, IPTU ou ICM, não chegam a cobrir a folha mensal de pagamento ao funcionalismo. Na melhor das hipóteses, nossos pequenos e médios municípios estão tentando, no máximo, o milagre da sobrevivência, pois o atrofamento é desesperador.

Nível de crescimento já não existe. Chega-se até a sonhar com o nível zero de crescimento... sonho impossível de ser fixado, pois que a maioria dos nossos municípios vai decrescendo a olhos vistos.

No declive fácil da falência, a crise municipalista deve ser trazida à luz do dia. Os problemas dos municípios devem ser levados à rua, pois a hora é de conscientização, debate e mobilização de um povo rumo às soluções que cada vez mais vão se distanciando. Urge reconhecer que o poder municipal é sombra de Poder, pois que os municípios já não conseguem assumir as obrigações constitucionais que lhe são inerentes, uma vez que o comprometimento de sua maior arrecadação, que é o ICM, está empenhado aos bancos de créditos. A linha dura da atual legislação tributária centralizou de tal forma o poder financeiro nas mãos do Governo Federal — no mínimo 65 por cento da seiva econômica gerada pelo município é o montante arrebatado cumulativamente pelo Planalto Central — que na maioria dos municípios paranaenses não são hoje mais do que cidades desertas, tendo à frente um punhado de chefes de Poder Executivo obrigatoriamente reduzidos à condição de pedintes à beira dos Palácios.

É preciso conduzir à tona a causa municipalista. O atual modelo favorece o êxodo rural e o latifúndio. A tentação da casa popular em prestações intermináveis e os supostos lucros da poupança converteram-se em binômio aliciador do pequeno proprietário rural que, sem entender muito de juros, inflação, maxidesvalorização, correção monetária e mercado de capitais, vende sua pequena área e vai... para o lento e progressivo fenecimento dos subúrbios da cidade grande... deixando atrás de si mais revitalizado o latifúndio que multiplica as bocas mas nega a mão de obra e o pão de cada dia.

As pastagens avançaram até o perímetro urbano das cidades. A terra é de poucos donos e, manietados pelos senhores de tudo, os municípios tornaram-se incapazes de qualquer organização, pois nossa história agrária já provou sobrejamente que município encravado em latifúndio é sinônimo de município morto.

Se existiram desmandos administrativos, a exemplo dos propalados golpes de notas frias por prefeitos desonestos, desvios quanto à aplicação de verbas que seriam de alcance social, propinas fáceis no horizonte das concorrências públicas, que tudo seja objeto de indagação e denúncia, pois que a corrupção tem corroborado grandemente para o atual estágio de caos do municipalismo já bloqueado por inadequada legislação tributária.

No momento atual, grandes administrações municipais serão aquelas que souberem centrar a criatividade administrativa em pequenas obras que sejam resposta às necessidades básicas do povo, mas nem mesmo por isso estão existindo recursos. Enquanto nos municípios faltam escolas, hospitais, creches, cursos profissionalizantes, hortas comunitárias, revigoramento do minifúndio e da pequena indústria com traços regionais, o Governo Federal prossegue divagando com obras faraônicas e, em especial, deliciando-se com sua prodigiosa aventura nuclear.

Os municípios são a base da nacionalidade, e a falência deles representaria a falência de um povo inteiro. Ora, não se pode pactuar com o retrocesso. O exame das causas e a luta

organizada para se extirpar o canoro dos entraves à emancipação municipalista devem merecer o apoio de autoridades e povo, pois todos nós devemos participar do embate contra a morte dos pequenos e médios municípios paranaenses, hoje em agonia.

CONCLUSÃO.

Não se pretendeu esgotar o assunto nesta fundamentação e muito menos os diversos pontos a serem colocados à apreciação da COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO que se pleiteia.

Mais do que tudo, foi o ESPÍRITO MUNICIPALISTA que presidiu a intenção do subscrito da solicitação, ao propor esta jornada especial de trabalho parlamentar.

Acreditando na autonomia efetiva dos municípios que compõem a Federação de Estado e no direito inalienável que constrói a grandeza desta unidade da Federação Brasileira, com olhos voltados ao fortalecimento do Município paranaense, afirma-se que o todo não será forte se fortes não forem suas partes.

Assim, deseja-se programar um tempo de investigação. A investigação há de ser muito mais profunda e científica que político-partidária.

Política ela o será sempre, pois a POLÍTICA é a forma mais nobre e eficiente de se operar em benefício do BEM COMUM. Esta deverá ser a norma da Comissão.

Supra-partidária por dizer respeito ao que de mais caro tem o Paraná, que são os municípios que compõem este rico Estado que, integrados, têm um destino a atingir.

E grande há de ser o destino dos MUNICÍPIOS DO PARANÁ.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscrive, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, certidão do aparte do Sr. Deputado Fiori Luiz ao discurso do Sr. Deputado Tadeu França, proferido nesta data.

Sala das Sessões, em 09 de março de 1983.

(a) GABRIEL SAMPAIO, com apoioamento de
Luiz Alberto de Oliveira.

Projeto de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 08/83

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO LONDRINENSE DE ASSISTÊNCIA — ALA, com sede e foro na cidade de Londrina.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 09 de março de 1983.

(a) FIORI LUIZ

JUSTIFICATIVA:

A Associação Londrinense de Assistência, também conhecida pela sigla ALA, foi fundada em maio de 1978, de caráter beneficente e sem fins lucrativos, vem desde então cumprindo com sua finalidade, ou seja, dando amparo, promovendo e recuperando os indivíduos perante a sociedade, sem distinguí-los de raça, credo, cor ou qualquer outra condição social.

Isto posto, apresentamos o presente plano de lei à apreciação dos nobres Pares, esperando que se lhe dê o indispensável apoioamento e posterior aprovação.

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) Está finda a leitura do Expediente.

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Gernote Kirinus, no Pequeno Expediente.

Antes porém, a Mesa registra a presença em plenário, dos Srs. Vereadores Manoel Osório Taques e Valdemir Fernandes, ambos do PMDB de Ponta Grossa.

Com a palavra, o Sr. Deputado Gernote Kirinus.

O SR. GERNOTE KIRINUS — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Na seqüência das ações ligadas à maxidesvalorização do cruzeiros 30 por cento em relação à moeda norte-americana, de lamentável memória, o Governo brasileiro baixou ato elevando as alíquotas do Imposto de Exportação incidente sobre produtos agrícolas do Paraná, que são simplesmente gravosos.

Assim é que a soja voltou a ser taxada a nível de 20 por cento, o algodão a vinte por cento e o milho também a vinte por cento. Houve uma verdadeira comoção no campo, movimentos populares de agricultores desencadeados desde o Rio Grande do Sul, em todo o sul do País. Um vitorioso movimento da agricultura, conseguiu afastar aquela taxa absurda e ilegítima.

Agora, voltam as autoridades federais a impor gravames sobre a nossa pauta agrícola mais uma vez. Segundo a Cooperativa Agrícola Mista de Marechal Cândido Rondon, é importante que o Governo se conscientize da gravidade da situação, e faça retornar alíquota zero para essa cultura.

Faço minhas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, aquelas considerações da entidade ruralista, para dirigir, através de requerimento que já se encontra sobre a mesa e está à apreciação dos Srs. Deputados, um veemente apelo ao Governo da República, para atender este apelo da classe dos produtores, no sentido de que, uma vez que as atenções para o produtor são tão escassas, uma vez que nos acostumamos a ver neste País a classe que realmente produz, ser pisada, espionada, vemos por outro lado uma classe que simplesmente especula com os valores monetários, crescendo e engrandecendo em faustos lucros.

Que o Governo então não se faça presente com danos à classe produtora. Ao menos se abstenha e retire o malfadado imposto que se transformou num verdadeiro confisco a inviabilizar as exportações brasileiras, e assim atingindo frontalmente a classe produtora que contribui com as riquezas desta Nação.

A exportação da soja estava gravosa em relação a outros países produtores. Veio a maxi com 30 por cento de ganho do cruzeiro em relação ao dólar, mas o confisco cambial imposto a seguir, ao nível de 20 por cento, volta a tornar impossível a exportação do produto brasileiro, e com isso, reduz-se a possibilidade dos nossos agricultores conseguirem melhores preços para os seus produtos, defasados como estão pela inflação que acomete a Nação inteira.

Com o algodão em pluma acontece a mesma coisa, o imposto vai alijar mais de 110 mil toneladas disponíveis da possibilidade de exportação. E um País que precisa exportar para pagar sua dívida externa, torna-se cada vez mais absurdas medidas como essas que estão sendo tomadas. No caso do milho, outro importante produto da lavoura paranaense, mesmo o imposto de 10 por cento, representaria uma gravosidade de 25,24 por cento por saca em relação ao preço mínimo oficial. O imposto a nível de 20 por cento então, realmente, inviabiliza a exportação.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, faço desta tribuna um apelo que espero seja secundado por esta Casa, no sentido de que o Governo afaste o imposto de exportação, reduzindo para zero a alíquota sobre esses três produtos agrícolas do Paraná.

Porque o Estado mais atingido, é o Estado do Paraná, porque atingiram de cheio os três mais importantes exportações de nosso Estado e da nossa economia.

Por isso, acredito que obteremos também aquiescência de Deputados de ambos os Partidos para atender este apelo, este clamor da classe da agricultura, dos agricultores que tanto estão sofrendo as adversidades do regime brasileiro, as adversi-

dades das cartas de más intenções do FMI, tem como as adversidades da maxidesvalorização e o desgoverno que existe na economia nacional.

Fica aqui o nosso apelo, está aí o nosso requerimento, para vossa apreciação. Desde já agradeço o apoio recebido.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Não havendo mais oradores inscritos para o Pequeno Expediente, no Grande Expediente concedo a palavra ao Sr. Deputado Tadeu França, inscrito.

O SR. TADEU FRANÇA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Gostaríamos de iniciar o nosso pronunciamento registrando um fato doloroso. Ainda nesta manhã estivemos acompanhando o sepultamento de uma professora pioneira na cidade de Mandaguari. Velada nesta Casa, há trinta anos em Mandaguari, mãe de família, radicada em Curitiba, a ela enviamos nossa homenagem póstumas, nossas saudades. Nós que tivemos o privilégio de ter compartilhado e lutado juntamente com Dona Iolanda Cercal da Silva, Diretora há tantos anos em escolas de Mandaguari. Lado a lado, partilhamos do trabalho educacional, razão pela qual sentimos profundamente comovido com a perda irreparável, com o falecimento da nossa querida Diretora.

Srs. Deputados, em toda a parte do Paraná sentimos que o quadro que se nos afigura é o mesmo. Municípios praticamente falidos. Prefeitos que vão chegando à Assembléia, dialogando com os Srs. Deputados e apresentando um caos que a todos assombra. Os nossos Prefeitos, a maioria deles, haverão de transformar-se, já se aperceberam disto, em administradores do caos a que se converteu a economia do Paraná.

É por isto que lamentamos profundamente desta tribuna. Ainda há pouco, um nosso amigo nos telefonava dizendo que um Deputado do PDS afirmava que o Sr. José Richa, nosso Governador eleito, terá um Paraná promissor, um Paraná enriquecido, um Paraná com dinheiro em caixa, tentando ludibriar a opinião pública, apresentando um quadro que não existe.

Estas situações serão amplamente tratadas e denunciadas desta tribuna.

Soubemos, por exemplo, que ainda ontem não pudemos assistir, mas amigos nossos assistiram, a pronunciamento em que um Deputado do PDS, mais precisamente o Deputado Erondy Silvério afirmava que desafiava o PMDB e haveria de provar que a situação do Paraná era das melhores; e desafiava o PMDB para um debate público. Quero dizer que ir à televisão dizer o que se pretende é muito fácil. Acho que muito melhor para um Deputado com larga tradição, nesta Casa, é convidar um Deputado do PMDB para então, lado a lado, apresentar denúncias, realizar discussões.

De nossa parte, tenho certeza que qualquer Deputado do PMDB, e entre eles também me incluo, estamos dispostos a aceitar qualquer desafio proposto pelo PDS para analisar a situação sócio-econômica do Paraná. Não podemos de forma alguma fechar os olhos perante a realidade. O quadro que se nos afigura aos olhos, é impossível de ser negado. Quando um Governador afirmou, e foi bem claro, o que ele disse, uma quantia superior a cem bilhões de cruzeiros, é uma quantia que representa muito sim. Principalmente quando vemos e haveremos de apontar fatos, Srs. Deputados. É muito fácil, Srs. Deputados, provar o estrangulamento, a situação caótica em que nossos Prefeitos encontraram as Prefeituras de um modo geral no Estado.

Vejamos: vários Prefeitos não estão praticamente recebendo quotas de ICM. Estas quotas foram empenhadas pelas administrações passadas. Quando se afirma que houve excessos, nós afirmamos, aliás, repetimos palavras do próprio Governador Hosken de Novaes. Liberalizou-se demais o dinheiro para os nossos executivos municipais. Em que é que eles aplicaram

verbas? Temos acompanhado a FUNDEPAR e a tantos órgãos do Estado; Prefeitos humildes, de pequenas comunas, que não conseguem receber recursos, ou cujos recursos se encontram bloqueados por falta de prestação de contas, em mandatos anteriores.

Ainda recentemente ouvíamos do Deputado Edmar aqui presente, que Ponta Grossa, até junho, está deixando de receber o ICM; perante o quadro que aí está é uma afronta ao Paraná, afirmar que a situação deste Estado é privilegiada. Estamos sabendo que Londrina e o Deputado Homero Oguido nos informava, apresenta um quadro mais aterrador ainda que a própria cidade de Ponta Grossa. Maringá, a cidade de onde eu sou oriundo, ainda há pouco foi manchete: — um empresário transformou-se em agente corruptor, vendendo notas frias, assinando um milhão de cruzeiros na primeira via e três milhões na segunda, para exportar fartamente a corrupção a mais de 70 municípios do Paraná. Este é um pouco daquele quadro que se nos afigura. Engenheiro Beltrão, visitava ainda há pouco, quotas de ICM que o Prefeito recebeu, 43 mil cruzeiros. Os parques motorizados, se encontram estrangulados, arruinados, Srs. Deputados,. Se um Paraná, como este quadro não é um Paraná que merece ser tratado com especial cuidado? Se nós mentirmos ao público, afirmando um quadro esperançoso e que não existe, estaremos comprometendo e empenhando a nossa mal iniciada carreira como legisladores; estaremos condenando à mentira.

Sr. Presidente, além do fator tributário, amplamente conhecido, amplamente divulgado, quando a União asfixia o pequeno município, onde é que aplicaram os recursos? Nós não sabemos; sabemos que há obras faraônicas; sabemos que a aventura nuclear aí está, quando faltam creches, hospitais, em nossos pequenos municípios, quando falta alimento, quando falta a mais elementar condição de trabalho; estamos vivendo numa terra que muito espera dos seus representantes; e nós não podemos jamais trair a verdade, não. Não é em nome de xingamentos ao Governo que nem sequer se iniciou, que haveremos de pactuar com a covardia! Jamais titubearmos em aceitar qualquer desafio, porque jamais haveremos de ter medo da verdade, que é a nossa norma suprema de comportamento.

Srs. Deputados, nós não gostaríamos jamais de começar a nossa trajetória nessa Assembléia utilizando a linguagem até em parte agressiva que estou utilizando. Mas, quando se agride a um Governador que não assumiu ainda, quando se agride a consciência de uma comunidade que confiou através do voto e não através da bionicidade, ao Sr. José Richa, temos que começar a dar respostas; nós temos que começar a dizer e mostrar bem claro, que o PMDB, através do seu Governo, vai tentar o milagre da ruína fabricada pela Revolução de Março; haveremos sim, de mostrar claramente isso aí. Não foi o PMDB quem estrangulou e levou o País à situação caótica em que se encontra. O latifúndio campeando a olhos vistos; as terras devolutas; o pequeno proprietário rural que vai para a cidade, atraído pela ilusão de um Governo que tem decretado: poupança. E o nosso pequeno proprietário rural que não entende de maxidesvalorização; que não entende de inflação nem de juros, ele vai e aplica na poupança. Em pouco tempo não tem mais nada; nem o seu pequeno capital, nem sua pequena terra. Vai se revitalizando o latifúndio. Latifúndio é sinônimo de retrocesso. É sinônimo de estagnação. As denúncias estão aí. Prefeitos que praticaram desmandos têm que ser convocados; golpes de notas frias têm que ser apurados, os culpados devem ser punidos, nós devemos fazer e estamos modestamente apresentando uma CPI sobre a falência dos pequenos municípios do Paraná, nesta Casa.

Uma oportunidade, eu digo oportunidade, Sr. Presidente, Srs. Deputados, porque a maior parte dos municípios do Paraná que são publicados como em situação ideal, pelo Governo hora reinante, a maior parte estava em situação de miséria tão veemente que nem sequer dinheiro possuíam para pagar serviços de auditoria com relação às contas dos seus municípios.

Queremos através desta Casa, através da nossa CPI, oferecendo uma oportunidade para que os nossos Prefeitos de pequenos municípios ou não possam aqui vir, possam aqui denunciar as pessoas que têm provas de atos fraudulentos que venham apresentar, porque nós temos a obrigação com a verdade, temos obrigação suprema e sagrada de sermos os porta-vozes da defesa das nossas comunidades.

Sr. Presidente, acompanhando Prefeitos nesses nossos poucos dias de mandato, temos assistido a esse quadro, ICM, SPM, IPTU, para muitas prefeituras não chegam mais a cobrir sequer a folha de pagamentos dos funcionários. Lamentavelmente.

Temos 311 municípios sim, mas, se nós não gritarmos, se nós não pressionarmos para que se mude o horizonte político do Paraná e do Brasil, teremos em breve quase 311 municípios inteiramente falidos no Paraná. Mais do que nunca é hora de compromisso sereno e tranqüilo com a verdade.

O Sr. Erondy Silvério — Vossa Excelência me permite um aparte? (Assentimento).

Agradeço a Vossa Excelência e lamento até de ter que interrompê-lo, porque Vossa Excelência está abordando um assunto muito momentoso qual seja a falência dos municípios brasileiros, não apenas o Paraná.

E quero dizer também a Vossa Excelência que não se pode imputar responsabilidade alguma ao Governo do Estado pela má versação de fundos por parte dos Senhores Prefeitos. Os Senhores Prefeitos têm autonomia administrativa, Vossa Excelência conhece bem a Constituição, eles deverão prestar contas dos seus atos às respectivas Câmaras Municipais e ao Tribunal de Contas.

Apenas solicitei o aparte a Vossa Excelência, porque não concordei com duas colocações que Vossa Excelência fez, ou Vossa Excelência não me entendeu e deve ter sido mal informado.

O desafio que eu fiz aos Senhores Deputados do PMDB, e incluo entre eles Vossa Excelência, é com relação a real situação orçamentária do Estado. A perfeita situação de equilíbrio orçamentário que será entregue ao Senhor José Richa, na segunda-feira. E Vossas Excelências irão verificar isto, que a partir de segunda-feira, serão Governo e vão verificar que o Governador Hosken de Novaes entrega um orçamento perfeitamente equilibrado.

Não pintei o Paraná como um mar de intranqüilidade, pelo contrário, disse que o Senhor José Richa teria dificuldades em 1983, como de resto terão todos os governadores brasileiros, porque a situação econômica nacional é realmente afletiva. Foi isso que eu afirmei, nada além disso.

Mas eu também estou sentindo, mas Vossa Excelência diz que eu deveria ter convidado Deputado do PMDB para, ao meu lado, fazer este debate na Televisão. Não posso fazer convite em casa alheia, nobre Deputado. Fui convidado para o programa e dei o meu ponto de vista, quanto às afirmações do nobre líder do Partido de Vossa Excelência que dizia que a situação financeira do Estado, era uma, quando a Mensagem do Sr. Governador Hosken de Novaes está aí, dizendo exatamente o contrário. Mas, também acho que Vossa Excelência talvez não tivesse tido oportunidade e nem tempo de assistir a entrevista dada pelo seu correligionário, futuro Secretário de Finanças, do Estado, Sr. Erasmo Garanhão, agora há poucos instantes, no Canal Seis, onde ele contradiz tudo isto que Vossa Excelência está afirmando da tribuna, dizendo que o Paraná é um, dentre os cinco Estados brasileiros. Perfeitamente viável, que a situação financeira do Estado, apesar de não ser folgada, tome efetivamente o Estado do Paraná, administrativamente viável, e classificou o Paraná dentre os cinco Estados brasileiros que estão nesta situação. Então não sou só eu, não é o Governador Hosken de Novaes, não são companheiros de Bandada a afirmar isso. É o próprio futuro Secretário de Finanças do Governo José Richa, Sr. Erasmo Garanhão, quem afirmou agora há poucos instantes

numa entrevista concedida à Televisão Canal Seis.

Muito obrigado.

O Sr. Rubens Bueno — Permite um aparte Excelência?

O SR. TADEU FRANÇA — Em seguida daremos.

Só para ilustrar. Se Vossa Excelência não faz convite em casa alheia, não deveria ter lançado desafio ao PMDB por não estar na sua Casa.

O Sr. Erondy Silvério — Não entendeu...

O SR. TADEU FRANÇA — Concedo o aparte por ordem ao nobre Deputado Rubens Bueno.

O Sr. Rubens Bueno — Deputado Tadeu França, a prova maior de que o Estado do Paraná é um dos cinco viáveis deste País, é de que o Estado do Paraná é muito forte, mesmo tendo aqui no Estado do Paraná, nos últimos anos, alguns governos que desgovernaram este Estado. Quero trazer aqui corroborando com o seu trabalho desta CPI, com relação à Prefeitura Municipal de Nova Cantu. O Banco do Estado do Paraná, um Banco oficial, está fazendo empréstimos ou fez empréstimos no mês de janeiro, contrariando até a Legislação Federal.

No dia 07 de janeiro de 83, o Banco do Estado celebrou contrato com a Prefeitura de Nova Cantu, no valor de dois milhões de cruzeiros. Exatamente vindo a prejudicar a futura administração, já que o primeiro vencimento deste empréstimo ocorreria no dia 10 de fevereiro. A Legislação Federal pertinente diz o seguinte, Deputado Tadeu França: a Lei 6397 de 10 de dezembro de 1976, que veda aos municípios, no último mês de mandato do Prefeito, empenhar mais do que o duodécimo da despesa prevista no orçamento em vigor. Mesmo assim, o Banco do Estado do Paraná, um Banco oficial, contrariando a Legislação Federal, concedeu empréstimo à Prefeitura Municipal de Nova Cantu. E veja bem, Deputado Tadeu França, a Prefeitura, no dia 31 de janeiro, portanto dentro do mesmo mês, viu na sua conta de ICM sendo debitado aquele valor de empréstimo mais os juros de 123 mil cruzeiros porque o Banco Central desautorizou aquele empréstimo. Veja Vossa Excelência de que até Banco Oficial sob este Governo está desgovernando este Estado. Só queria trazer aqui corroborando com o seu trabalho, que nós haveremos realmente de mostrar ao Paraná, demonstrar ao Brasil, que a grande maioria dos municípios do Paraná, governados por Prefeitos do PDS, também corromperam os municípios deste Estado.

O SR. TADEU FRANÇA — Agrademos o seu aparte Deputado Rubens Bueno, e contamos com o seu apoio, participação do seu trabalho para mostrar o quadro de nosso Estado.

Pela ordem, dou o aparte ao Deputado Edmar Luiz Costa.
O Sr. Edmar Luiz Costa — Nobre Deputado, já apoiei a sua iniciativa e quero corroborar a afirmativa feita por Vossa Excelência desta tribuna. O Prefeito de Ponta Grossa, a Prefeitura Municipal de Ponta Grossa, não receberá um centavo sequer da quota de ICM até o mês de junho deste ano.

Toda a quota destinada ao Município de Ponta Grossa está comprometida através das famosas procurações outorgadas pelo governo pedessista de nossa cidade.

Outro exemplo: o Prefeito Oto Cunha, ao tomar posse, recebeu os telefones da Prefeitura cortados por falta de pagamento, inclusive o telefone que servia e serve ao aeroporto daquela cidade, da minha cidade.

E corrupção. Um dos exemplos praticados na administração anterior: o Prefeito de Ponta Grossa construiu a sede da Prefeitura e a sede da Câmara Municipal, obra de luxo. Pasmee, nobre Deputado: um levantamento feito, rapidamente, nas notas fiscais de compras de portas, constatou-se que foram compradas, pelo menos, de 20 a 30% a mais de portas. Não existem tantas portas para serem colocadas, como estão faturadas em notas fixais em poder da administração atual. É a corrupção que o governo pedessista deixou em Ponta Grossa.

O SR. TADEU FRANÇA — Concedo aparte ao nobre Deputado Ferrari Júnior.

O Sr. Ferrari Júnior — Muito obrigado. Esta sua luta, esta CPI, por certo vai merecer o apoio de todos desta Casa. Mas, se nós não mudarmos o regime nesta terra, no momento em que o Presidente da República pede trégua, mas continua agindo de maneira unilateral, ele e seus Ministros. Haveria necessidades de se fazer uma reforma tributária para tantos Plenários como este, estão a clamar pelo País afora. Mas, como o regime é de exceção, não vai acontecer a reforma tributária, pelo menos por ora. Na imprensa de hoje, "Folha de São Paulo", há uma entrevista do Sr. Presidente da República dizendo: "Não esperem reforma tributária". E disse ele mais: "Espero, ainda, em vida, ver a reforma tributária no País. Mas, por enquanto, não pensem em reforma tributária". E em isso acontecendo, nobre Deputado, Vossa Excelência tem razão, é a falência dos nossos municípios.

Sobre o que disse — e eu não ouvi — mas, é claro, acreditamos nas palavras do eminente Deputado Erondy Silvério, sobre o que disse o futuro Secretário Erasmo Garanhão, ele deve estar cometendo um equívoco e se está errado, precisa entrar no caminho certo, embora seja um Secretário do nosso Partido. Talvez ele esteja pensando e analisando em administrar como Secretário das Finanças, o Estado do Paraná em termos de obras do Estado, do Governo do Estado.

Mas, a partir do momento em que o Governo do Estado precisar olhar para os municípios, para os Prefeitos, para os Vereadores, para as comunidades menores, inclusive, aí ele vai ver que a história é outra. São prédios escolares caindo, são funcionários em muitos municípios, que há três meses não recebem, são Prefeituras com o parque motorizado totalmente arrebentado e sem dinheiro para reformar ou para concluir outros. E eu estou, inclusive, paralelamente — concluindo, para que Vossa Excelência possa, naturalmente, pronunciar-se — paralelamente à sua CPI, estou apresentando nesta Casa, um requerimento que entrará amanhã, propondo ao Sr. Governador eleito, José Richa, que toma posse na terça-feira, bem como aos Srs. Secretários de Estado, para que, imediatamente, após a posse, instale, neste Estado, um plano de emergência para socorrer os municípios do Estado do Paraná, porque, senão, nobre Deputado, honestamente não sei onde esses municípios vão parar.

Pior do que está, vai ser muito difícil. Ou o Estado ou o futuro Governo inicia um plano de emergência, imediatamente para socorrer esses municípios, ou será o caos, e o nosso Paraná, tão decantado como um Estado rico e poderoso, vai ser muito mal falado fora de suas divisas.

Muito obrigado.

O SR. TADEU FRANÇA — Concedo aparte ao nobre Deputado Fiori Luiz.

O Sr. Fiori Luiz — Queremos apoiá-lo integralmente nessa sua CPI, nobre Deputado Tadeu.

Acredito que Londrina poderia lhe fornecer quase que 70% desses levantamentos. Porque depois que os dois ex-Prefeitos que traíram a confiança popular, e se colocaram no balcão das negociatas e se venderam ao Palácio Iguaçu, a dívida do Município de Londrina, atinge, hoje, 26 bilhões e 500 milhões de cruzeiros, e os juros dessa dívida atingem a 2 bilhões e meio ao mês; em dezembro deste ano, vai totalizar um global de quase 50 bilhões de cruzeiros, 50 trilhões antigos. E o ICM só será normalizado após o ano 2.000 porque ele está comprometido.

Agora, a corrupção do General Ney Braga, a corrupção do aposentado precoce Saul Raiz e de tantos Prefeitos do PDS, precisa ser apurada. Não fosse a impunidade institucionalizada neste País, esses homens estariam hoje atrás das grades, mas estão impunes, pois eles pertencem aos quadros do Partido que coloca este País de cócoras sob o tacão das botas militares. Fala-se muito nesta Casa que o PDS é Oposição. Oposição de quê, é pseudo-engano, é ludibriar, é tapear a opinião pública,

não só a Bancada do PDS do Paraná, mas a de Minas, do Rio e de São Paulo, essas bancadas continuam sustentando este regime militar que mergulhou esta Nação no lodaçal do entreguismo, da corrupção e dos desmandos. Em apenas 10 meses de Governo, Hosken de Novaes deixa dinheiro em caixa. Isso prova o quê, Deputado? Prova que o Senhor General de pijamas Ney Braga praticou corrupção neste Estado. A conduta de Hosken prova de maneira insofismável, irretorquível, idubitable, irresponsável de que o General Ney Braga comandou a grande máfia da corrupção neste Estado que está numa situação pré-falimentar e é preciso sim, que o Senhor Governador José Richa tenha dignidade e hombridade de não frustrar a expectativa da população deste Estado, implantar auditorias em todos os órgãos, principalmente no BADEP e BANESTADO, órgãos de corrupção neste Estado, de compra de consciências, porque nós iremos cobrar isso do Governador José Richa.

O Sr. Gabriel Sampaio — Vossa Excelência me concede um aparte? Já o solicitei faz quinze minutos.

O SR. TADEU FRANÇA — O aparte, pela insistência e esperança de uma contribuição útil do Deputado Gabriel Sampaio.

O Sr. Gabriel Sampaio — Em primeiro lugar, para saudar Vossa Excelência que está nessa tribuna, meu conterrâneo de Maringá, homem que dará, sem dúvida alguma, um grande brilho nesta Casa, mas eu tenho que me desviar do assunto por um minuto, uma vez que ia dizer uma coisa e tenho que dizer outra agora.

Ouvir o Deputado Fiori Luiz é uma coisa que me revolta o estômago e para mim, isso me acontece neste instante. Porque ouvir dizer essas barbaridades que esse, não é nem ilustre, esse apenas Parlamentar de Londrina tem dito aqui, não dignifica nem um pouco esta Casa a presença de Sua Excelência, por força regimental, o Deputado Fiori Luiz.

Porque dizer o que está dizendo nesta Casa, na data de hoje, dizendo coisas que não pode provar e eu desafio pessoalmente o Deputado que prove que o Sr. Ney Braga, ex-Governador do Paraná, chefiou, comandou a máfia que ele alega, de corrupção neste Estado. Finalizações são muito fáceis. É muito fácil generalizar coisas. Quero que especifique porque os problemas ocorridos e que ocorrem e que ocorrerão no futuro com administrações municipais, ou a nível estadual, isso são coisas a nível mundial. Qualquer administração do mundo ocidental ou oriental, comunista ou capitalista, tem os seus desmandos e as suas corrupções. Isso é um fato ligado à História do homem. Portanto, nós não estaremos jamais isentos disso. Agora, generalizações, jogar lama à honra alheia, isso nós não podemos admitir, Deputado. Esperamos que a CPI esteja aprovada e o será e nós teremos a satisfação de participação nela também, para que possamos levantar caso a caso, problema a problema, mas jamais finalizações, jogando lama em cima de pessoas que já contribuíram muito para o engrandecimento deste Estado.

O SR. TADEU FRANÇA — Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Claro que nós nos pautaremos somente sobre fatos provados, como é a nossa intenção e o que o Deputado Fiori Luiz apresenta com muita propriedade, é aquilo que Londrina inteira conhece em termos de desmandos e que nós haveremos de buscar a comprovação nesta Casa.

Falava o Deputado Erondy Silvério de que os municípios possuem autonomia administrativa. Pergunto, Senhor Presidente, Senhores Deputados, que autonomia pode possuir um Prefeito que como forma de sobrevivência é obrigado a converter-se em pedinte à beira de palácios para sobreviver? Que autonomia tem uma estrutura municipalista que não recebe mais do que 7% da seiva arrecadada, da seiva econômica gerada por ele mesmo?

Pergunto que autonomia é esta? Foi reduzido sim, à subserviência total. Pressões sem contas e nós as testemunhamos

durante este Governo do PDS que foi bem descrito por Vossa Excelência, Deputado Fiori Luiz. Razão pela qual nós nos solidarizamos. É por esta razão que nós afirmamos convictamente, que é preciso mudar e mudar de fato. E convidamos o PDS a participar conosco desta busca.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Sr. Deputado, se a Liderança do PMDB lhe conceder o tempo destinado a ela, Vossa Excelência poderá continuar. Vossa Excelência passa a falar no horário da Liderança do PMDB, por dez minutos.

O SR. TADEU FRANÇA — Obrigado Deputado Rubens Bueno. Falávamos sobre latifúndio. Os Deputados da nossa região, aqueles que vivem mais perto de Maringá, sabem que Paranaipoema, metade do município é propriedade de sete fazendeiros, apenas 7, sete donos de Paranaipoema, um município. E agora eu pergunto: em que termos e em condições, que adjetivação pregar para proclamar uma autonomia municipalista no Paraná?

Srs. Deputados, os fatos aí estão, estamos pedindo é compreensão, participação e seriedade. E na televisão, Sr. Deputado, dizer que o futuro Governador vai se fechar por não querer ouvir entidades de classe, é condenar por antecipação alguém de um passado livre e democrático. Não temos medo de falar com ninugem e jamais José Richa haverá de ter medo, porque é através do diálogo, através da fraternidade e da seriedade, é que ele haverá de ser empossado Governador do Paraná. Por esta razão, nós, neste instante, embora não faça ainda parte da Ordem do Dia, anunciamos esta preocupação inquietante: nossos municípios estão morrendo. Eles não podem sonhar com crescimento zero não, porque há muito tempo eles vêm decrescendo, há muito tempo, é que eles estão se convertendo em cidades desertas. Concedo o aparte ao Sr. Deputado Rubens Bueno.

O Sr. Rubens Bueno — Deputado Tadeu França, quando Vossa Excelência fala a respeito de município como Paranaipoema, Maringá, como o Deputado Fiori Luiz acabou de citar o problema de Londrina, o Deputado Edmar Costa, o de Ponta Grossa. Temos um caso por exemplo no Município de Peabiru. A Prefeitura Municipal, nos meses de dezembro e janeiro, não teve dinheiro para pagar a conta da luz da Prefeitura e a COPEL, sendo uma instituição do Estado, ligada ao Sr. Prefeito que era do PDS, no entanto, cortou a luz da Prefeitura Municipal e Peabiru.

Por outro lado, quero em nome da Liderança, parabenizar a Vossa Excelência por esse pronunciamento tão importante e oportuno, e também ao Deputado Fiori Luiz que acaba de fazer o seu aparte, recebendo de nós toda solidariedade, dizendo mais, que a aposentadoria do Sr. Saul Raiz é conhecida no Paraná inteiro. Basta verificar as certidões do Tribunal de Contas e a página negra da História do Paraná que foi encetada pelo General Ney Braga.

Obrigado.

O Sr. Ervin Bonkoski -- Deputado Tadeu França, gostaria de um aparte. (Assentimento).

Meu caro Deputado, também nós que representamos nesta Casa, entre outros municípios, os Municípios de Piên, Campo do Tenente, Piraquara, Tijucas do Sul e Contenda, viemos trazer como subsídio a esta CPI e juntar-se aos outros tantos que já foram mencionados aqui. Ontem ainda estivemos em Campo do Tenente, o Prefeito mostrou o seu parque rodoviário, apenas sucatas. Os alunos são transportados com os veículos do Prefeito e do Vive-Prefeito, com o custeio próprio da gasolina de seus bolsos. Da mesma forma aqui, em Piraquara, não há uma patrôla, não há uma máquina. As estradas, com esta chuva, estão todas esburacadas. Contenda, a mesma coisa. Tijucas do Sul, da mesma forma. Estes municípios estão falidos, sem verbas. Em Contenda, não há verbas para o pagamento das professoras municipais. Tijucas do Sul, o próprio Prefeito está pagando de seu bolso.

Efetivamente, estamos vivendo momentos tristes, momentos dramáticos, desses municípios que foram governados por Prefeitos do PDS. Aqui denunciamos e viemos também corroborar com seu pronunciamento feliz, oportuno e vamos, com todos os Srs. Deputados honrados desta Casa, trabalhar para buscar os responsáveis, ou mais precisamente, os irresponsáveis Prefeitos que deixaram esses municípios à míngua, desamparados, com o seu povo sofrendo.

Parabéns, Deputado Tadeu França, por sua iniciativa e pelo pronunciamento tão feliz nesta tarde.

Muito obrigado.

O SR. TADEU FRANÇA — Muito obrigado Vossa Excelência.

Finalizando, Sr. Presidente, Srs. Deputados, quando o Secretário Erasmo Garanhão afirma que o Paraná é viável, ele está certo. Porque a vida, mesmo a vida de um agonizante, ainda é viável. O futuro é viável. A esperança é viável. Apesar do quadro que legaram ao José Richa, ao PMDB, ao povo do Paraná, o Paraná é viável porque não somos titulares da descrença.

Parabenizo as palavras do nosso Secretário. Entre tantos males, entre tantos enfermos, talvez o Paraná não seja o mais enfermo, porque sua terra é fértil, seu povo é forte. Mas viável é a vida, viável é a esperança e é com este espírito que hoje começamos nesta tribuna conclamando todos, para que, de mãos dadas,...

O Sr. Adhail Sprenger Passos — Vossa Excelência me concede um aparte? (Assentimento).

Desejo apartear-lo e agradeço a concessão do aparte que Vossa Excelência, para muita honra minha me dá, para dizer a Vossa Excelência que este problema dos municípios do interior, que Vossa Excelência muito bem traz ao registro desta Casa, reflete em Curitiba, Deputado que sou desta Capital, quase que exclusivamente, reflete a esta Curitiba, há muito tempo, problemas os mais graves.

Quero aqui parabenizando com Vossa Excelência, afirmar que ocuparei a tribuna brevemente para mostrar os desmandos da Prefeitura Municipal. E mais ainda, a condução da administração municipal extraordinariamente eletista, porque despreza os problemas de 80% da população que vive nos bairros periféricos da Capital. O exemplo trago a Vossa Excelência e à Casa: o Bairro do Xaxim, com mais de seis dezenas de milhares de habitantes, não tem sequer postos de saúde e creches para atender aquela população trabalhadora, operária e marginalizada de nossa sociedade. Por isto, o problema que está sendo aqui levantado por Vossa Excelência e muito bem, inclusive pelos apartes de nobres outros companheiros nossos, não devemos esquecer que o problema também existe e existe em grau extraordinariamente alto em Curitiba. Problemas sérios que precisam ser discutidos aqui nesta Casa porque são nada mais, nada menos, do que reflexos dos desmandos e dos desvios de conduta administrativa que há em todo o Paraná há muito tempo, com estes Governos que tem se sucedido em Curitiba, no Paraná, nos municípios do interior.

Meus parabéns a Vossa Excelência e pode contar com o meu apoio incondicional para esta CPI sobre a "Falência dos Municípios do Paraná" que reflete, por sua vez, a falência dos municípios do Brasil.

O SR. TADEU FRANÇA — Obrigado, Deputado Adhail Sprenger Passos.

O Sr. Nilso Sguarezi — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Nobre Deputado Tadeu Bento França, desejo dar integral apoio da Bancada à feliz iniciativa de Vossa Excelência. E dizer, nesta oportunidade, em que o eminente Deputado estréia na tribuna, da grande responsabilidade que nós, como líderes, sentimos em liderar uma bancada integrada por homens da competência, da qualidade e do preparo de Vossa Excelência. Se por um lado, é difícil, para nós, com muitas limitações; por ou-

tro, é confortante ver que nesta plêiade de Deputados novos, que chegam à Assembléia, de ambos os Partidos, Vossa Excelência traz o brilho, a garra, o espírito de luta, mas acima de tudo, este discernimento, esta sensibilidade para detectar os verdadeiros problemas que angustiam e afligem a nossa vida institucional política e econômica. Meus parabéns a Vossa Excelência e tenha a certeza de que o verdadeiro trabalho legislativo, a verdadeira conquista das nossas prerrogativas, parte, como pressuposto base de iniciativas como esta que Vossa Excelência toma nesta tarde.

Meus parabéns, Deputado.

O SR. TADEU FRANÇA — Muito obrigado, Deputado Nilso Sguarezi.

De fato, nos sensibilizam suas palavras.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Esta Presidência lamenta interrompê-lo, mas os dez minutos que a Liderança lhe havia concedido, estão esgotados.

O SR. TADEU FRANÇA — Foram as minhas palavras. Muito obrigado, Sr. Presidente, muito obrigado, Srs. Deputados. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Nos vinte minutos restantes, consulto à Liderança do PMDB, se fará uso do horário que lhe é reservado.

Fará uso da palavra o Sr. Deputado Roberto Requião.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Com a palavra o Sr. Deputado Roberto Requião.

O SR. ROBERTO REQUIÃO — Sr. Presidente, Srs. Deputados

Atendendo aos insistentes pedidos da Bancada do PDS trago aqui alguns fatos ocorridos numa concorrência pública da FUNDEPAR, que talvez não possam ser atribuídos ao Chefe da máfia, mas certamente a algum capo menor. (Risos).

Temos aqui, no Edital de Licitação de 18 de fevereiro de 83, a ocorrência de um fato por demais conhecido, por pessoas que entendem do processo de corrupção na concorrência pública: Empresas que fazem um acordo paralelo e que num número, por exemplo, de onze empresas licitantes, dez apresentam uma proposta pelo valor máximo; e uma, desce dez mil cruzeiros.

Há uma relação aqui enorme, com todas as provas relacionadas, que apresentarei à Mesa, com um requerimento, levando ao conhecimento do Governador Hosken de Novaes, para que tomando uma atitude correta e eficiente, salve a sua imagem e a imagem deste fim de Governo do PDS.

(Lendo) :

“Senhor Presidente, Srs. Deputados.

É hoje evidente a crise porque passa o sistema representativo no Brasil. O regime autoritário destituiu o Parlamento de suas prerrogativas, esvaziando de uma maneira quase absoluta o poder real, o poder econômico, o poder de propor orçamento e gastos sociais, está subordinado ao Estado. E o Estado cria espaços legítimos entre aspas, que canalizam protestos políticos, entre aspas, de parcelas da população. A sociedade funciona como uma câmara de eco; de costas voltadas para o regime enquanto este procura absolver alguns dos protestos que lhe garantem a perpetuidade não questionam a sua natureza.

A chave para isso, Sr. Presidente, tem sido um Parlamento sem povo, Partido sem força, sindicatos que não fazem política, e igreja que somente reza.

O Estado centralizado e totalitário, este sim, tudo pode.

No processo brasileiro, a sociedade civil se politiza e avança na frente mesmo do Partido e do Parlamento. Isto enfraquece ainda mais o Parlamento, enquanto o Estado negocia diretamente com a sociedade a abertura, lenta e gradual, que nada abre e pretende legitimar a centralização e o autoritarismo.

É a forma clássica de todo estado autoritário: a busca do consenso através da máxima centralização, aliada a algumas concessões das pressões de tipo corporativo.

Esta situação o PMDB quer mudar. Este tipo de modelo não convém a um Partido que propõe a democracia e a participação popular.

Na história recente da humanidade não temos notícia de um país livre sem parlamento forte. A ausência do parlamento pode ter coexistido com alguma justiça social, mas jamais com a liberdade.

E é esta a proposta da nossa Bancada: valorizar a Assembléia Legislativa do Paraná, avançar na reconquista das prerrogativas que nos foram usurpadas. Com criatividade e consequência, lançar mão da medida que nos coloquem em contato imediato com as reivindicações da sociedade organizada, que não mais serão canalizadas para o Executivo, mas deverão desaguar no estuário lógico e necessário da Assembléia. Assembléia que os discutirá desfazendo o seu invólucro corporativo, cortejando-os com as reivindicações de outros setores, e formulando propostas políticas para a sociedade inteira.

O instrumento deste contato com a sociedade organizada é o que vamos propor em nome da bancada e por iniciativa do nosso Líder Deputado Nilso Sguarezi, a tribuna livre, que encaminharemos à Mesa em forma de Projeto de Resolução.

A Tribuna Livre é o fim do “lobismo inconfessado”, é o estabelecimento da transparência pública na prática de pessoas na Assembléia Legislativa. É o nosso Parlamento caminhando claro e corajosamente para sua função de legislar e mediar a sociedade. Avançando desta vez, com o povo organizado para a conquista de uma prerrogativa.

É uma medida de coragem, Srs. Deputados. Coragem para soluções novas e simples. Coragem para assumir o quadro político que a realidade nos impõe. Coragem para assumir que a sociedade se politiza e se organiza e que a nossa representação não é tão absoluta que não consinta a participação e a opinião da sociedade organizada.

Coragem para trocar a política simplória do mando, das bolsas de estudo, das distribuições de passagens para o interior, pelo debate das questões que a sociedade organizada colocará para esta Assembléia.

Coragem para impedir que nesta quadra da abertura do processo político brasileiro, o Parlamento seja atropelado pela negociação direta entre o Estado e a sociedade, cortando de forma bruta o caminho para a democratização.

O Parlamento deve se abrir em uma medida heróica assumindo em conjunto com os partidos que o representamos, a condução do processo político.

É isso que lhe estamos oferecendo, aos Deputados do PDS. O PMDB, no Governo do Paraná, propõe a valorização da Assembléia e a democratização do poder.

Estamos cumprindo a nossa palavra. Entendemos que a política não é a soma aritmética das pressões que o Estado possa absorver, na luta pela sobrevivência de um grupo no poder. A política é uma proposta para a sociedade inteira, mediadas por partidos com amplos contatos com as bases sociais costuradas pela linha forte e segura do interesse das maiorias.

A tribuna livre, Sr. Presidente, não é uma proposta para o PMDB. É uma porposta para a democracia, para participação popular e para a sobrevivência deste tão conflitado e desvalorizado sistema representativo brasileiro. Vem de encontro no atual contexto nacional, aos interesses mesmos do pluripartidarismo, compromisso de todos os democratas, Srs. Deputados, do PDS. Oferecendo uma tribuna para os partidos prejudicados pelo resultado plebiscitário das eleições de 15 de novembro, mesmo que eventual, uma tribuna de repercussão estadual. Para este projeto, gostaríamos de contar com o consenso da Assembléia Legislativa. Consenso de Deputados capazes de olhar o futuro de frente, capazes de estabelecer um canal de participação direta com o povo, na Casa dos representantes do povo. Viabilizaremos que, sem comprometimento partidário, a sociedade coloque as suas questões para o conjunto dos partidos. Beneficiados, serão os partidos que mais se ligarem às reivindicações da sociedade e das maiorias da população. Isto é a tribuna livre, uma forma democrática, transparente e participativa de se fazer política.

Srs. Deputados da Minoria. A prática é o critério da verdade. A provável recusa pela Bancada do PDS de participar desse consenso já garantido, a aprovação do projeto pela Maioria pemedebista, irá demonstrar que, a dependência do PDS ao regime autoritário, é tão grande, que mesmo na Oposição ao Governo do PMDB, no Paraná, recusa a participação do povo, o valor representativo da sociedade organizada, do Sindicato Operário à Associação Comercial, mantendo a arrogância e autosuficiência que já os derrotou na eleição de 15 de novembro. Acredito que não seja assim. Espero mesmo que não seja, pois se assim o for, esta renovada e crítica Bancada do PMDB, terá que ser a um só tempo, Situação e a sua própria Oposição. O Estado, a própria estrutura do Estado do Paraná que hoje ocupamos está eivada de vícios autoritários que precisamos remover, de centralismos que não podemos aceitar, de dependências ao Estado Nacional, que não podemos admitir.

A luta contra o autoritarismo se conjuga neste momento, com o restabelecimento da Federação e da República, a "res" pública, a coisa que é de todos os cidadãos. A Reforma, companheiros do PMDB e do PDS, começa pela nossa casa. Esperamos pelas esperanças do povo do Paraná, que os Srs. Deputados do PDS não nos deixem sozinhos na Situação e na Oposição deste Estado.

Concedo o aparte a Vossa Excelência.

O Sr. Caíto Quintana — Desejo parabenizar-me com o ilustre

Deputado por essa propositura, e dizer que o PMDB, através da proposição da tribuna livre, faz a sua demonstração de que na verdade chega ao poder para governar com o povo. Não pretende o Partido e não pretendem os Parlamentares do PMDB desta Casa, hoje Maioria, se acastelarem pelo poder ou pela maioria, mas na condição pregada em campanha, tendo conhecimento que esta é uma Casa do povo, ouvir, através da tribuna livre, as aspirações das sociedades organizadas, das entidades do povo em si. Parabenizo-me e sinto orgulho de pertencer a essa bancada, que, quando deveria cercear a participação popular, por estar na cômoda situação da maioria, pelo contrário, usa essa maioria para abrir o debate, para ouvir a sociedade, para ouvir as entidades e para podermos fazer o fortalecimento legislativo, através da participação da comunidade nos debates desta Assembléia.

Meus parabéns, Deputado Roberto Requião, e a minha afirmativa do orgulho de pertencer a esta bancada, que sabe, com a maioria, chamar para o debate, nesta Assembléia, a participação popular.

O Sr. Gabriel Sampaio — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Gostaria de fazer algumas considerações a respeito do

projeto de resolução que Vossa Excelência apresenta na tarde de hoje. Em primeiro lugar, Deputado, dialogando com Vossa Excelência, se for possível, dizendo que as assembléias legislativas, o Poder Legislativo de um modo geral, já é uma evolução da história da humanidade.

Na antigüidade, reunia-se o povo na praça, para tomar decisões coletivas. Na antiga Grécia, onde se originou a palavra democracia, a própria democracia que temos hoje.

Com o aumento de população, com a complexidade da vida moderna, resolvemos, foi resolvido através dos tempos, pela evolução natural, que o voto, através do voto, o povo elegeria seus representantes às assembléias de qualquer espécie que seja ela.

E nós verificamos que, nesta Casa, representamos parcela da população, dos nossos municípios, de classes sociais, os segmentos mais diversos da sociedade paranaense.

Então, se viemos a esta Casa para representar o povo, legitimamente, através do voto universal e direto, nós abrimos, nesta Casa, uma tribuna para que o povo venha aqui se manifestar diretamente, acho que nós simplesmente perdemos a nossa finalidade de legisladores, de representantes do povo. Seria muito mais fácil, nós, de uma forma coletiva, renunciarmos o nosso mandato, e deixarmos a Casa funcionar apenas administrativamente para que, então, os segmentos sociais, os mais diversos, venham aqui reclamar.

Muito bem, Deputado.

Outra coisa que eu diria a Vossa Excelência, com um pouco mais de vivência nesta Casa.

Independentemente de partido, aqui se encontram 58 homens e mulheres na atual Legislatura, a reclamar, a esperar em função do que Vossa Excelência pôs, que é a diminuição do Poder Legislativo no Brasil, após 64, com o qual concordamos plenamente com Vossa Excelência.

Acho, Deputado Requião, que uma vez que seu partido é vencedor da eleição no Paraná, seria muito mais útil, muito mais prático, muito mais objetivo instituir a audiência livre do Governador do Estado do Paraná, que é quem detém na atual conjuntura criada a partir da Revolução de 64, o Orçamento, os meios, enfim, todas as condições para atendimento imediato das solicitações e reivindicações mais imediatas, do que nós somarmos a nós, 58 nesta Casa, mais choradeiras, mais reivindicações, mais complexo de impotência que todos nós sentimos, na medida em que este Poder é um Poder que não tem poder.

Muito bem.

Acho que, na medida que o seu partido é o vencedor, que o Sr. Governador José Richa, a partir de 15 de março institua no Palácio Iguaçu 3 vezes, 4 ou 5, por semana, tantas quantas forem necessárias, para que todos os segmentos sociais falem com o Chefe do Poder Executivo, que é quem detém na atual conjuntura - e eu também acho, concordo com Vossa Excelência, distorcida - possa atender os líderes comunitários.

Porque, aqui, na minha opinião - e a sua bancada é majoritária e poderá aprovar esta medida - virá apenas se somar, Deputado Requião, às nossas angústias às nossas impotências e às nossas dificuldades em, realmente, fazer com que as populações, fazer com que as lideranças de bairro, do interior, dos segmentos sociais, possam se manifestar e possam resolver, acima de tudo, seus problemas.

O SR. ROBERTO REQUIÃO — Perfeitamente, Deputado

Gabriel. Um aparte longo, mas pouco consistente. Eu, inicialmente, faço um apelo ao Deputado Gabriel Sampaio, que não renuncie, porque o PMDB tem o compromisso de democratizar esta Casa. Ao mesmo tempo em que o Deputado reivindica a valorização da Casa pelo seu fechamento ao povo, ele propõe medidas de justiça, num contato direto do Governador com a população organizada, atropelando, de uma

forma definitiva o Legislativo e as suas funções.

Para esclarecer o ilustre Deputado, vou tentar colocar as grandes questões da democracia, que se colocam no momento, no mundo.

Temos a tendência liberal, baseada no individualismo, ilustre Deputado do PDS, que tenta esvaziar o Executivo e o Legislativo, valorizando a participação do indivíduo na sociedade; temos a tendência corporativa, que, de igual forma, quer acabar com os partidos políticos e com as políticas gerais para a sociedade, fazendo valer o Governo das corporações, desvalorizando, de igual forma, o Legislativo e o Executivo.

Temos a vertente revolucionária Deputado Gabriel Sampaio, que tenta valorizar todas as organizações de base, de forma a fazê-las contestarem a cada momento e a cada instância o governo democrático e representativo para substituir no processo de agitação, por um governo revolucionário e temos a vertente moderna, a vertente da democracia participativa que valoriza o mandato representativo, porque reconhece que o mandato representativo coexiste sempre junto com as liberdades civis e democráticas, mas percebe que esse processo se esclerosis e que a sociedade reclama pela democracia direta, porque não mais acredita no Parlamento. Mas a democracia direta é impossível no atual quadro de desenvolvimento do mundo. Não cabem todos os cidadãos numa praça como cabiam em Atenas.

No entanto, a democracia direta organizada, sociedade e o mandatário representativo que já não é tão representativo no sistema brasileiro, porque deve obediência à linha programática do partido, que através do seu diretório regional, abre perspectivas para a participação da sociedade, valorizando o seu mandato e não assumindo mais a pretensão autoritária de que tudo sabe e que tudo representa.

A sociedade trará as questões a esta Casa, valorizada pelas questões trazidas pelo sindicato do operário até as grandes organizações que hoje funcionam através dos ...

(Microfone desligado).

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - (Faz soar os tímpanos)

A Presidência lamenta mas o seu tempo está esgotado. No entanto lhe concede um minuto para que possa concluir o seu raciocínio.

O SR. ROBERTO REQUIÃO — A transparência pública estabelecida ao lado da participação, viabilizará a continuidade do processo representativo nesse Brasil. Caso contrário, me parece, de um ponto de vista político e sociológico, o Parlamento será atropelado pela sociedade civil, será atropelado por uma posposta autoritária que atravessa todos os partidos, inclusive o nosso. Da relação direta entre o Executivo e a população, da sociedade sem política, sem ideologia e sem partido; onde vale a palavra do governante, vale a palavra da autoridade.

Era isso, Sr. Presidente.

Muito obrigado pela concessão do tempo extraordinário. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — No horário destinado à Liderança do PDS, consulto à Liderança se fará uso do seu tempo.

O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA — Concedo por 10 minutos ao Deputado Gabriel Sampaio.

O SR. GABRIEL SAMPAIO — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas.

Agradeço a Liderança do meu partido e após uma aula vibrante do meu ilustre contemporâneo e colega de turma Roberto Requião de Melo e Silva, que traz a esta Casa com seu brilhantismo, uma aula teórica sobre política, ciências afins,

sobre história, eu, humildemente ocupo esta tribuna para fazer alguns reparos que eu acho importantes sejam feitos.

Continuo na minha posição pessoal, não sei se é de minha bancada, em achar que o PMDB hoje, partido do Governo, continua sendo um partido que traz da praça pública, do discurso político e eleitoral para esta Casa uma continuidade. Acho isso porque continuam as generalidades.

Lembrava esses dias quando assiti aqui a um dos brilhantes discursos proferidos na outra tribuna - em 74, quando nós não tínhamos aquela famigerada Lei Falcão, e que nós candidatos podíamos ir à televisão, eu me lembrei do ex-prefeito, ex-companheiro de Vossas Excelências, e hoje companheiro do nosso partido, Antônio Belinatti, que teve na ocasião 150.000 votos para a Câmara Federal e ocupou o canal de televisão de Apucarana, durante um minuto. Durante um minuto exatamente. Ele feriu 15 assuntos: falou da soja, do café, do bóia-fria, ou seja, ele rotulou 15 assuntos, porque fica bonito, empolga especialmente o auditório, quando alguém fala, porque atinge os diversos segmentos.

Quem estava em casa ou na rua, ou no café e era agricultor, sabia que o problema do café atingia o agricultor, atingia o sojicultor, atingia o bóia-fria, atingia todas as camadas.

Era um discurso maravilhoso e simplista. Profundamente simplista. Os Deputados do PMDB, com todo o respeito e datíssima vênica continuam com a mesma linha de raciocínio. Vossas Excelências são Governo Estadual, eu compreendo, entendo e também reconheço, que as vinculações hoje, nesta nossa federação atrofiada, realmente não pode ser desvinculado do Poder Central, do poder ditatorial da Revolução que agora se projeta e já faz com coisas concretas uma abertura para a democracia. Quantos companheiros da Oposição até hoje têm negado os passos dados em direção à democracia. É outra coisa que também tem me revoltado no decorrer dos trabalhos desta Assembléia durante a última legislatura.

O que eu venho dizer aqui, Srs. Deputados, que cada assunto levantado, são assuntos para serem discutidos e esmiuçados, por nós como políticos que temos uma visão panorâmica dos fatos sociais e também pelos especialistas. Eu sou a favor do técnico, porque ele nos dá o embasamento necessário para que possamos discutir com maior base, com maior forma para que possamos resolver os problemas. O município paranaense e brasileiro é um exemplo disso tão bem esmiuçado da tribuna pelo meu companheiro de Maringá, Deputado Tadeu Bento França. Quantas vezes nós precisamos ir mais fundo ao problema. Nós precisamos realmente dessa CPI, precisamos reformular, não é só o problema tributário dos municípios brasileiros, existem municípios criados politicamente, por interesses pessoais de muitos, que não têm condição de vida própria, porque não são municípios que tiveram na época em que foram criados durante toda nossa história, em momento algum, as condições mínimas necessárias para que fossem autônomos. Nós precisamos começar daí.

Precisamos começar realmente de uma redivisão do município brasileiro, começando pelos administradores, aos prefeitos de todos os partidos. Esta é a grande deficiência de nós todos, Srs. Deputados. Acho que maior que a crise brasileiras dos cem bilhões de dívida externa, é a crise que nós temos de geração, por culpa da Revolução de 64 que fechou as portas aos novos homens deste País. Estão aí os municípios, basta comprovar o fato, são os mesmos sempre. Os mesmos prefeitos, uma, duas, três, quatro, infinitamente, xis vezes. Homens que eram do PDS, ou da ARENA, hoje são do PMDB, são os mesmos. Na minha região ganhou o PMDB, como de resto em todo o Paraná.

Se formos ver caso a caso, todos, 80% ou 90% deles, são homens do PDS que foram para o PMDB: "não por causa que a ideologia pemedebista os tivesse encantado. Não. Foi por brigas municipais, por brigas pessoais dentro do município e

tiveram de mudar de partido.

Então vamos ver, eu vi na televisão esses dias que o PMDB e o PDS são iguais. E vai ser provado isso agora, quando dez Estados brasileiros entre os mais importantes, caem às mãos pelo voto do povo soberano e livre, do partido da Oposição.

Vamos ver, porque não há uma filosofia a costurar, a alinhar, a assegurar, unir, os homens dos partidos políticos do Brasil. É um amontoado de gente da ponta esquerda à ponta direita, do meio ao fim. Então, querer o PMDB, de repente, se arvorar em dono da verdade, em querer resolver os problemas como se fosse um passe de mágica. Permito-me, pessoalmente, datíssima vênica, a discordar de Vossas Excelências.

Nós temos que ver, agora ainda falava o brilhante Deputado Roberto Requião, sobre a tribuna livre. Mas meu Deus do céu, com a tribuna livre nesta Casa, Deputados, o que nós estamos fazendo aqui? Negando-nos a nós mesmos? Eu represento a minha gente, represento aquele que confiou em mim e virei toda a vez que for necessário a esta tribuna, com ou sem prerrogativa deste Poder, com ou sem garantias pessoais, denunciar, declarar em alto e bom som o que minha gente sofre e o que ela precisa. Aqueles que confiaram em mim, sabem da minha posição pessoal e que viria aqui para representá-los sobretudo. Se tribuna livre existir nesta Casa, acho que estaremos decretando a auto falência do já falido.

Concordo em gênero, número e grau com o Deputado Roberto Requião, falência do Poder Legislativo no Brasil. Queria dizer aos Srs. Deputados que na medida em que pudermos avançar, agora Vossas Excelências terão um poderoso instrumento nas mãos, que é o orçamento do Estado. De um Estado que não está falido, ou os Srs. do PMDB querem contrariar a matemática, que é tida como ciência exata?

Há hoje uma dívida, no Governo do Paraná, numericamente falando, compatível com a sua capacidade de endividamento e, sobretudo, de pagamento. Isto não será, em momento algum, impecilho para que o PMDB faça, se Deus quiser, um grande Governo neste Estado, que ele merece. Desejo ao Sr. José Richa a melhor das sortes. Quero que se cerque das melhores pessoas de seu partido, para que ele faça um grande Governo. Porque, acima de PDS, que não é PDS, do PMDB, que não é PMDB, sou paranaense e brasileiro, sou um homem que quer o bem de minha gente, de minha comunidade. Tenho sofrido por isto, como todos os Srs. têm sofrido. Mas não podemos cair no lugar comum de tratarmos de assuntos superficialmente, sem irmos ao âmago deles, sem procurarmos realmente oferecer alternativas; sobretudo para que possamos minorar a difícil situação da gente mais humilde que precisa realmente de nossa atenção.

O Sr. Nilso Sguarezi — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Muito obrigado nobre Deputado Luiz Gabriel Sampaio. Vossa Excelência tem reiterado que a nossa discussão tem abordado generalidades. Aqui está o caso específico e concreto, a tribuna livre, que não tem outro objetivo que instrumentar a Casa para que ela possa fazer um corte vertical em assuntos específicos e determinados ...

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — A Mesa lamenta e anuncia ao Deputado que está na tribuna que seu tempo de dez minutos está encerrado. Consultaria à Liderança do Partido se prorroga este prazo.

O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA — Se Sua Excelência o nobre Deputado Gabriel Sampaio pretender continuar sua brilhante exposição, esta Liderança concede mais dez minutos.

O SR. GABRIEL SAMPAIO — Gostaria só, Deputado Nilso

Sguarezi, só para um diálogo, só uma pequena observação. Veja bem, manifestando-me contra esta idéia, não sou contra a participação do povo. Não vamos distorcer as coisas. As lideranças poderão perfeitamente vir a esta Casa, que é a Casa do povo, para um seminário, para um debate, para qualquer fato que seja. Agora, instituímos como elemento normativo dentro do Regimento Interno, acho que estaremos, como eu disse, decretando auto falência.

O Sr. Nilso Sguarezi — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Veja Vossa Excelência esta tribuna livre que estamos propondo, institucionalizando, não é a mesma de Antônio Belinatti. Antônio Belinatti se ocupou na televisão, onde foi generalidade, e o povo julgou. Julgou-o sabiamente.

A tribuna livre que estamos propondo e vamos institucionalizar, não é para trazer aqui pessoas, diga-se de passagem, é para trazer aqui entidades sociais organizadas. O Deputado representa aqui regiões, municípios e até pessoas. Nós pretendemos que a tribuna livre represente entidades sociais organizadas. Quando vier aqui uma cooperativa, uma federação de trabalhadores, teremos um caso concreto, específico, sobre o qual esta Assembléia cabe deliberar.

Não vejo, de maneira nenhuma, que abrimos mão de qualquer prerrogativa; porque nós podemos apreciar ou rejeitar a proposição aqui representada.

Mas nós, normatizando uma participação efetiva da sociedade, abrimos primeiramente um leque, um estímulo à sociedade participar. Ora, instituir seminário, Deputado, com o Poder Legislativo que não pode nem pagar uma viagem a um Deputado para analisar uma comissão num outro município? Nobre Deputado, isto significa dizer de que o Poder se abre para sociedade não para pessoas, como achavam alguns Srs. Deputados do PDS que nós abriríamos aqui a tribuna para que qualquer homem do povo viesse aqui assomar e discorrer sobre qualquer assunto. A Comissão Executiva vai regulamentar a matéria, a fim de que aqueles que pretendam aqui se inscrever, sob temas específicos e depois de provarem que representam como autorização, uma entidade social organizada; esta é a tribuna livre que nós propomos.

O SR. GABRIEL SAMPAIO — Agradeço o aparte de Vossa Excelência. E nós temos realmente algumas discordâncias de origem até pessoal. Eu, para mim, qualquer um do povo e entidade organizada, é a mesma coisa. Que todos têm os mesmos direitos. Não acho que o povo muda de feição quando se organiza. Especialmente aquele que não é organizado é que mais depende de nós. Porque aquele que não teve capacidade de se organizar juridicamente ou pessoalmente com aquele dinamismo que outras organizações têm hoje.

Outra coisa, Deputado Nilso Sguarezi, Vossa Excelência que está aqui tanto tempo quase eu, as nossas Comissões Técnicas que deverão agora ser organizadas, a partir das indicações das lideranças, são 15 ou 17 comissões, Vossa Excelência sabe, nós temos que lavar roupa suja em casa, que lamentavelmente só a Comissão de Constituição e Justiça se reúne, vota com "quorum" e participa nesta Casa. As demais, nós já fizemos até um acordo, entre as lideranças dos partidos para que isto não ocorra mais, seus membros assinam pareceres nos corredores da Casa, em cima de joelho.

O Sr. Nilso Sguarezi — Vamos por no passado tudo isso, Deputado.

O SR. GABRIEL SAMPAIO — Fizemos assim. Muito bem. Acho que a Comissão Técnica da Casa tem uma grande utilidade. Uma grande participação, na medida em que ou se convida especificamente as lideranças comunitárias, organi-

zadas ou não, através das audiências às comissões. Ou será, Deputado Nilso Sguarezi, que há alguma diferença entre este Plenário e o Plenário das Comissões.

O Sr. Nilso Sguarezi — Há uma diferença. Quando se institucionaliza.

O SR. GABRIEL SAMPAIO — Não há diferença nenhuma. As reuniões são públicas, nobre Deputado. Aqui talvez dê mais lbop, porque é mais suntuoso este Palácio, mas lá, no auditório lá embaixo, é o mesmo resultado prático.

O Sr. Nilso Sguarezi — A diferença do entendimento é o seguinte: é que os senhores querem, caso a caso, trazer as reivindicações da sociedade, quando dizem que a Comissão pode ouvir, quando dizem que poderemos fazer um seminário. Nós vemos de outro ângulo. Acharmos que a sociedade tem o direito de vir aqui dentro e ter uma voz. É a sociedade, para que os Srs. Deputados não se viciem, como ocorria com as Comissões que não se reuniam e assinavam os pareceres nos joelhos. Nós temos que criar aqui instrumentos que nos policiem. Esta é a verdadeira democracia que nós queremos.

O SR. GABRIEL SAMPAIO — Uma autocrítica dessas é realmente louvável, Deputado.

O Sr. Nilso Sguarezi — É louvável, nós reconhecemos porque, se no passado não conseguíamos implantar isso, é porque éramos minoria. Agora seremos maioria.

O SR. GABRIEL SAMPAIO — Espero que Vossa Excelência faça isso. E se prevaleça da maioria para apoiar a tribuna livre. Que eu acho que as Comissões poderiam ter o mesmo papel, com a mesma utilidade, sem esta demagógica apresentação.

O Sr. Ferrari Júnior — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Meu caro companheiro Deputado Luiz Gabriel Sampaio, com quem eu tive o prazer de, em tempos passados, ser, inclusive o seu apresentador em comícios e disto me orgulho ...

O SR. GABRIEL SAMPAIO — Orgulho-me também, nobre Deputado.

O Sr. Ferrari Júnior — ... que seria, eu tinha certeza, um grande representante de Maringá e da região na Assembléia Legislativa, como o é, mas veja nobre Deputado, que a iniciativa parte de um Deputado do PMDB, a tribuna livre.

Dizia Vossa Excelência de que os discursos proferidos aqui têm muito a ver com os discursos eleitoreiros, com o que eu não posso concordar. Porque se o PMDB vai ser Governo no Estado do Paraná, se o PMDB passará a ser a vidraça ao invés do estilingue, será lógico então, se fosse uma manifestação ou interesse eleitoreiro de instituir esta tribuna livre, porque, tudo que ocorrer nesta tribuna livre será cobrado, especialmente do PMDB de José Richa, dos seus secretários, da Bancada do PMDB.

O SR. GABRIEL SAMPAIO — Agora há condições de ir diretamente ao Palácio. O Sr. José Richa pode abrir audiências ao povo e às entidades, como queiram as Vossas Excelências, porque o Poder Executivo é que tem os meios de dar atendimento e solução aos problemas.

O Sr. Ferrari Júnior — Mas, nós Deputados é que somos o elo de ligação, por quê não. Porque aqui dizia o Líder Deputado Nilso Sguarezi, não virão pessoas, é um fato, mas virão

idéias. Idéias que talvez possam passar à nossa frente e a gente não a apanhe, mas, quem sabe um líder comunitário, um professor, que possa vir, possa nos trazer, a nós do PMDB, aos companheiros do PDS, uma idéia que possa ser transmitida ao Governo do Estado do Paraná.

E para concluir, acho que a idéia é brilhante a Bancada do PMDB deveria receber os cumprimentos, porque ela passa a ser vidraça, deixou de ser estilingue. A coisa mudou. Então, vejam a intenção nobre e democrática acima de tudo de nossa bancada.

Muito obrigado.

O SR. GABRIEL SAMPAIO — Agradeço o aparte de Vossa Excelência, especialmente por confessar que era estilingue.

Sem dúvida nenhuma, a história é esta.

O Sr. Ferrari Júnior — E continuaremos estilingue no que se refere ao Governo Federal, este Governo horrível que está caindo pelas tabelas.

O Sr. Roberto Requião — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Ilustre Deputado Gabriel Sampaio, o Deputado não é mais o mesmo dos bancos da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná.

Na verdade o uso do cachimbo entorta a boca. O Deputado não consegue entender a diferença entre uma proposta politicamente autoritária do contato direto com o Governador do Estado e a valorização do Legislativo.

Eu já coloquei algumas posições teóricas sobre a proposta. Queria para auxiliar o raciocínio, ilustre Deputado, sobre uma matéria que diz respeito à própria sobrevivência do Parlamento, das liberdades e da democracia do Brasil trazer um exemplo prático.

O SR. GABRIEL SAMPAIO — Vossa Excelência não vai querer dizer que a tribuna livre é o "ovo de Colombo" que vai salvar o Parlamento no Brasil.

O Sr. Roberto Requião — Vossa Excelência afirmou a instantes que de seu povo cuidava Vossa Excelência.

Eu pergunto a Vossa Excelência aonde estavam os ilustres Deputados nos últimos 10 anos quando 2 milhões e 800 mil paranaenses abandonaram o Estado por falta de terra e de trabalho. 180 mil pequenas e médias propriedades desapareceram em virtude da política nacional sem que esta Assembléia tomasse conhecimento.

O SR. GABRIEL SAMPAIO — Vou responder por parte, Deputado.

Na minha região, Vossa Excelência é de Curitiba, não conhece muito bem...

O Sr. Roberto Requião — Eu complemento.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — O tempo concedido a Vossa Excelência está esgotado. Concedo mais 10 minutos.

O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA — (Pela ordem) Fazendo um apelo aos Deputados da Oposição, para que sejam breves nos seus pronunciamentos para que o Deputado possa fazer as suas colocações.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Está com a palavra no tempo restante, o Deputado Gabriel Sampaio.

O SR. GABRIEL SAMPAIO — Já termino, Deputado Requião.

Só o seguinte Deputado. Na minha região, onde o minifúndio foi a base do desenvolvimento daquela região, dezenas e milhares de empregados rurais foram ao Mato Grosso do Sul, ao Mato Grosso, a Rondônia, mais especialmente para serem proprietários de terras. Outro tanto deixou a propriedade valorizada ou subvalorizada no Paraná para que com esta venda pudesse adquirir áreas maiores nos Estados já citados.

Portanto, Deputado, é muito difícil analisar em números gerais percentuais genéricos. Acho que tem muita coisa errada, Deputado. Mas, pediria a Vossa Excelência que se procurasse exatamente na sua proposição da tribuna livre me convencer, e eu sou um homem que quando estou errado volto a reconhecer o erro, que Vossa Excelência me dissesse um argumento a mais, além daquele de salvar o Parlamento brasileiro, de que a tribuna livre poderá fazer nesta Casa.

O Sr. Roberto Requião — Se Vossa Excelência me permitir, se existisse uma tribuna livre para a FETAEP e outras organizações de trabalhadores rurais, tivesse se manifestado nesta Assembléia, Vossa Excelência não persistiria ainda no erro quanto à causa do êxodo rural, do desaparecimento das propriedades e da diminuição da população de 147 municípios brasileiros. E certamente se originaram pela política do financiamento agrícola com juros subsidiados, pela mecanização da agricultura, e pelo projeto de transformar esse Estado num grande canteiro de soja para pagar a dívida externa. Uma tribuna livre que abrisse as Federações desses trabalhadores, desses agricultores, esta Casa provavelmente teria desviado Vossa Excelência desta linha de conduta, e talvez, muitos dos companheiros, hoje, não estivessem no PDS, porque teriam aproveitado a oportunidade na troca de partido, para se colocar definitivamente ao lado do povo que Vossas Excelências dizem representar. A tribuna nos dá daqui para frente, esta condição, a condição da informação e do combate aberto com a sociedade organizada.

O SR. GABRIEL SAMPAIO — Agradeço o aparte de Vossa Excelência, e discordo profundamente da sua colocação. Lamentavelmente até quisera que fosse, Deputado Requião. O seu partido não é o pão da verdade e não vai ser o salvador deste País. Vossa Excelência está profundamente equivocado.

Os homens que sentavam deste lado, que tinham os mais graves defeitos impostos pela sua bancada, na última Legislatura, quando mudaram de lado, perderam todos os defeitos, simplesmente pelo fato de pertencerem a sua sigla partidária. Isto para mim não é argumento.

Concedo o aparte ao Deputado Luiz Alberto que me solicitara.

O Sr. Luiz Alberto de Oliveira — Muito grato a Vossa Excelência, pelos cumprimentos, pela colocação que Vossa Excelência faz de improviso, rebatendo um longo pronunciamento do Deputado Roberto Requião, que até Vossa Excelência teve oportunidade de apartear-lo, e ele disse que Vossa Excelência concedeu um aparte longo, mas pouco consistente. E eu com todo respeito ao Deputado Roberto Requião, diria que o seu pronunciamento é o "Belo Antônio" desta tarde. Bonito, longo, mas que não leva a solução nenhuma.

E diria a Vossa Excelência e aos eminentes Deputados da Oposição, que há um ponto em comum, no sentido de valorizar os trabalhos desta Casa.

Vossa Excelência, o Deputado Requião, os eminentes Deputados do PMDB e os companheiros valorosos do PDS, pretendem transformar esta Casa nos próximos 4 anos, num fórum de debates dos assuntos paranaenses.

Creio que este é o objetivo comum às duas bancadas. O que difere não é a filosofia, mas sim a fórmula de fazer ou de trazer esta participação popular à Assembléia Legislativa.

Pretendem Suas Excelências os Deputados da Oposição, que ela se faça através da concessão de um horário no plenário desta Casa, à participação de entidade de classe, à chamada sociedade organizada, segundo a denominou o Deputado Nilso Squarezi. Se nós formos rebuscar a história, nós vamos verificar que era exatamente isto que pregava um dos grandes ditadores deste mundo, o Ditador fascista Mussolini, que pretendia também, através da manifestação do chamado Corpo Ativista, entregar a este tipo de representação ao Parlamento italiano. E isto, nobre Deputado Gabriel Sampaio, já teve os seus efeitos danosos, à própria democracia brasileira, trazendo no bojo da Carta de 1934, a chamada Constituição Polaca, também a tentativa de uma representação corporativista.

Veja Vossa Excelência, portanto, que o assunto é grave, é sério e demanda estudos; nós, Deputados do PDS, não queremos ser apenas os estilingues do próximo Governo, porque, mais do que isso, nós temos a consciência do que vale o nosso mandato e do quanto é importante o Parlamento, mesmo o Parlamento de joelho, mesmo o Parlamento cerceado. E eu rendo, aqui, homenagens a eminentes parlamentares de todos os partidos do Brasil, que, num regime de exceção, conseguiram contribuir decisivamente, ao lado da sociedade organizada, para um processo de reabertura, em tão boa hora compreendido pelo Presidente Figueiredo.

Nós, se fizermos uma radiografia mais profunda do Parlamento, vamos identificar duas causas das nossas deficiências: a causa constitucional e a causa prática dos nossos trabalhos, nesta Casa.

Aliás, tive oportunidade de abordar este assunto no primeiro pronunciamento que fiz nesta Legislatura, dizendo que, na verdade, a falta de um trabalho atuante do Parlamento, de um trabalho instrumentalizado, de um trabalho, este sim, com a participação de federações de agricultura, de federações patronais, do operariado, do estudantado, pudesse transformar a Casa do povo do Paraná realmente na Casa do alto debate a respeito do desenvolvimento do nosso Estado.

E nós, infelizmente, sabemos que não temos as condições instrumentais necessárias, e esta falta de condições instrumentais necessárias está levando, na verdade, à abdicação dos Poderes do Parlamento. E a proposta da tribuna livre, com a qual eu posso concordar em termos de filosofia, no sentido de abrir o debate ao Paraná, mas que eu discordo, porque ela se aproxima muito de uma proposta até fascista. Parece até incongruência, mas se formos, realmente, estudar o assunto na sua profundidade, podemos chegar a esta conclusão. E, aliás, não sou eu quem diz isso, é, por exemplo, o Professor Manoel Gonçalves Ferreira Dias, um dos grandes especialistas em matéria constitucional. Portanto, Vossa Excelência afirma bem a posição da nossa bancada. Nós queremos que a Assembléia do Paraná se transforme no fórum de debates do Paraná; queremos, aqui, a participação do povo.

Não abrimos mão, entretanto, do nosso mandato. Entendemos que a tribuna livre é uma diminuição do poder do já combalido Parlamento Estadual; entendemos que a tribuna livre leva a uma abdicação de poderes e a abdicação leva à incapacidade do Parlamento em funcionar. Meus cumprimentos ao pronunciamento brilhante e consistente de Vossa Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 44 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Fiori Luiz, constante do expediente. Necessita de apoio.— **Apoiado.**— Ao Departamento Legislativo.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

2a. DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 87/82, de autoria do Deputado EZEQUIAS LOSSO, que declara de utilidade pública a "HCJB A VOZ DOS ANDES — ASSOCIAÇÃO DE RÁDIO DIFUSÃO DO EVANGÉLIO NO BRASIL", com sede e foro nesta Capital. Com Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA.— **Aprovado, artigo por artigo.**

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 111/82, de autoria do Deputado DENI LINEU SCHWARTZ, que declara de utilidade pública o "LAR DE NAZERÉ", Assistência à Velhice Desamparada, da cidade de União da Vitória. Com Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— EM REGIME DE URGÊNCIA.— **Aprovado, artigo por artigo.**

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Tadeu França, com o apoio de diversos Srs. Deputados, constante do expediente, solicitando a formação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito, composta por 07 Srs. Deputados, para apurar as causas da falência municipalista.— **Recebida.**— Ao Departamento Legislativo, para os devidos fins.

O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA (Pela ordem) — Infelizmente, esta bancada não teve ciência do pedido de CPI do eminente Deputado Tadeu França e pretendo por esse expediente regimental, declarar a total adesão e solidariedade da Bancada do PDS ao repetindo; tal solicitação de CPI sobre a falência dos municípios, se fará no Paraná, após já ter sido feita a nível nacional pelo Congresso Nacional e creio que nós teremos desta forma, por este instrumento, condições para executar um grande trabalho em favor do Paraná.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Esta Presidência informa ao Sr. Deputado que a matéria estará à disposição dos Srs. Deputados na Mesa, para que sejam apostas assinaturas daqueles que desejarem assim fazer.

Solicitará às Lideranças do PDS e do PMDB para que façam a indicação dos membros que comporão esta Comissão, num total de 7 membros.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fiori Luiz, constante do expediente, solicitando envio de Telex ao Presidente da Rede Ferroviária Federal e ao Superintendente Regional do Pr., manifestando a reivindicação de 34 entidades de classe e de representação profissional de Londrina.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gernote Kirinus, constante do expediente, solicitando envio de Telex ao Presidente da República e aos Ministros do Planejamento, Fazenda e Agricultura, encarecendo a redução para alíquota zero do imposto de exportação desta safra incidente sobre soja, algodão e milho.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Donato Gulín, constante do expediente, solicitando voto de regozijo pelo 20.º aniversário do Diário Popular, ocorrido no dia 04 de março, extensivo ao seu ilustre Diretor Abdo Aref Kudri e seus redatores.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fiori Luiz, constante do expediente de sessão anterior, solicitando, através do Sr. Governador do Estado, à Secretaria de Estado Para Assuntos de Desenvolvimento dos Municípios, informações referente a recursos aplicados pela Secretaria de Desenvolvimento dos Municípios desde sua fundação, sua origem e aplicação dos citados recursos.— Em votação.

O SR. FIORI LUIZ — Para encaminhar a votação. Só um esclarecimento.

O SR. FIORI LUIZ — Era isso. Eu recebi as informações do nobre Líder Deputado Luiz Alberto e eu quero agradecer a colaboração, mas eu gostaria de ter uma resposta oficial do seu secretário, porque me parece que aqui os números estão incompletos e a nossa intenção seria desdobrar esse assunto, checando certas informações, que aliás é pretensão de outros Deputados não só nossa. Daí o nosso pedido especificado dos recursos liberados município por município, conforme consta do requerimento. Auditores estão realizando levantamentos em quatorze cidades do Estado e foram encontradas muitas distorções e desvios de verbas, principalmente as verbas dessa Secretaria. Nós gostaríamos dos totais certos para podermos então cotejar com os levantamentos dos auditores, porque aqui está de forma muito genérica.

O requerimento continua em pauta, Sr. Presidente, muito embora a presteza e a valiosa colaboração de Vossa Excelência o nobre Líder do PDS. Acontece que prefeitos praticaram toda sorte de corrupção, desviando verbas e aumentando os patrimônios pessoais. Isso nós vamos trazer à tribuna. Não é uma desconfiança apenas dessa Secretaria criada para esse fim eleitoral, mas, desconfiança também da grande maioria dos prefeitos do PDS, muitos dos quais, enriqueceram do dia para noite.

Obrigado.— (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Continua em votação o requerimento de autoria do Deputado Fiori Luiz.

O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA (Para encaminhar).

Sua Excelência Sr. Deputado Fiori Luiz, não teve a oportunidade de ouvir, ontem, em razão de sua ausência nesta Casa, as colocações feitas a respeito do seu pedido de informações.

Disse de início, que a Bancada do PDS, votaria favoravelmente e eu me dispunha a trazer todas as informações em razão da já anunciada extinção da Secretaria de Desenvolvimento dos Municípios. E em razão também, do processamento burocrático, que provavelmente não daria tempo aos atuais ocupantes em responder todas as colocações do Deputado Fiori Luiz.

Mas há da nossa parte o desejo de votar favoravelmente, porque entendemos que nenhum dos dados solicitados pelo Deputado Fiori Luiz pode causar qualquer transtorno à administração que encerra o seu mandato dia 15 de março.

Aliás, ontem, tive oportunidade até de dizer que a Secretaria de Desenvolvimento dos Municípios, não contraiu nenhum empréstimo, nenhum centavo de empréstimo no exterior. O que contradiz as colocações dos homens, alguns homens da Oposição, a respeito do nosso candidato a Governador Engenheiro Saul Raiz. O Paraná recorda-se, alguns Deputados, alguns ilustres membros da Oposição, afirmavam que o Sr. Saul Raiz era o "homem de cem milhões de dólares" e eu poderia agora, dizer a Sua Excelência, o Deputado Fiori Luiz e à nobre Bancada do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, que o futuro Secretário do Planejamento Dr. Belmiro Valverde Castor - já entrou em contato com o chefe da missão do Bird, para contrair um empréstimo, para negociar um empréstimo de 150 milhões de dólares para dar continuidade ao programa e a filosofia desenvolvida até agora pela Secretaria Extraordinária de Desenvolvimento dos Municípios. (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Continua em votação.

O SR. FERRARI JÚNIOR (Para encaminhar, Sr. Presidente)

A gente vê agora com este documento, porque o Deputado Fiori Luiz tem o dom de azedar certos estômagos. Eu imagino que muita gente por esse Paraná afora, vai sentir indisposição, estômago revirado, azedo. Porque realmente comentou-se e é preciso levantar-se, evidentemente não cabe a afirmação, é por isto que está sendo feito um pedido de informações,

muita gente comentava que os cheques rodavam por este Paraná afora, na tal Secretaria, durante a campanha eleitoral. E comentou-se também que muito deste numerário não teria sido empregado para a finalidade específica. Teria sido desviado. A proposta que nos faz o Deputado Fiori Luiz é das mais justas, merece o apoio e agora entendo o porquê de se azedar tantos estômagos por este Paraná afora. Tem muita gente que vai ter problemas de estômago.

Muito obrigado.— (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Continua em votação.

O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA — Consulto à Presidência se posso discutir a matéria.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — A matéria está com discussão encerrada na data de ontem, Sr. Deputado. Vossa Excelência já usou o direito ao encaminhar a votação.

O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA — Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Continua em votação. **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fiori Luiz, constante do expediente, solicitando envio de pedido de informações à Secretaria de Desenvolvimento dos Municípios, sobre o Aviso de número 49/82, de 22/12/82, da EMOPAR, referente ao Edital de Concorrência número 004/82, se foi publicado além de órgãos da imprensa do Estado de São Paulo, por órgãos da imprensa do Paraná e quais as razões para que tal edital de licitação tenha o caráter internacional. - **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando seja enviado apelo aos Srs. Ministros do Planejamento, da Fazenda e da Agricultura, no sentido de que evite a inviabilidade da cultura de trigo no Brasil, preço de garantia do produto com a sua vinculação à correção cambial. - **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilso Sguarezí, constante do expediente, solicitando envio de telex ao Sr. Governador do Estado, encarecendo encaminhamento de recursos para os Municípios de Santa Isabel do Ivaí, Santa Cruz do Mon-

te Castelo e Querência do Norte. - **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Trajano Bastos, constante do expediente, solicitando seja encaminhado apelo ao Presidente do Senado, Presidente da Câmara Federal e líderes das bancadas do PDS e PMDB, no sentido de serem agilizados os estudos objetivando a reformulação da Lei de Segurança Nacional. - **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ferrari Júnior, constante do expediente, solicitando envio de ofício ao Sr. Governador do Estado e a todos Secretários de Estado, encarecendo elaboração de um plano emergencial para socorrer os municípios carentes de recursos. - **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gabriel Sampaio, com apoio do Sr. Deputado Luiz Alberto de Oliveira, constante do expediente, solicitando certidão do aparte do Sr. Deputado Fiori Luiz ao discurso do Sr. Deputado Tadeu França, proferido nesta tarde. - **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Roberto Requião, apresentado da tribuna na presente sessão, referente às irregularidades nas licitações de concorrência pública na FUNDEPAR, bem como o envio ao Sr. Governador do Estado, dos documentos anexos a este e da transcrição do seu pronunciamento, utilizando a legislação aplicável à espécie, determine a correção das irregularidades apontadas. — Em discussão.

O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) Fica adiada a discussão, na forma do Art. 150 do Regimento Interno.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 10, quinta-feira, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3.^a DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.^{os} 87 e 111/82.

DISCUSSÃO ÚNICA — da Proposição n.^o 125/82.

Marcando ainda uma sessão para sexta-feira, dia 11 do corrente, às 10:00 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

1.^a DISCUSSÃO dos Projetos de Lei n.^{os} 88 e 96/82.

Levanta-se a Sessão.